

Deslocados pelo Conflito Armado Colombiano e os Acordos de Paz com as FARC

RELATÓRIO DE ESTÁGIO CURRICULAR
MESTRADO EM MIGRAÇÕES, INTER-ETNICIDADES E
TRANSNACIONALISMO

MARÍA CAMILA BAENA VARGAS

ABRIL 2017



Relatório de estágio para a obtenção do grau de mestre em Migrações, Inter-
etnicidades e Transnacionalismo, realizado sob a coordenação científica do Professor
Doutor José Mapril, Professor Auxiliar Convidado na FCSH-UNL, Investigador
integrado no CRIA-IUL

[DECLARAÇÕES]

Declaro que este Relatório de estágio é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

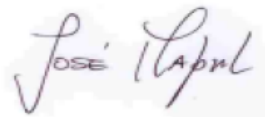
O candidato,



Lisboa, 30 de Maio de 2017

Declaro que este relatório se encontra em condições de ser apresentado a provas públicas.

O(s) orientador(es),



Lisboa, 30 de Maio de 2017

RESUMO

Este relatório tem como base a realização de um estágio de mestrado em Migrações, Inter-etnicidades e Transnacionalismo, desenvolvido na Colômbia, no Comité Minero Energético - CME.

O estágio permitiu ter acesso e estudar o quinto ponto dos Acordos de Paz, referente à reparação das vítimas de migração forçada provocada pelo conflito armado colombiano, ou seja, os deslocados internos. Permitiu, também, auxiliar na construção do mapeamento de oportunidades, riscos e impatos – OIR – que promoveu o entendimento entre os diferentes participantes do CME nos referidos Acordos, que têm como eixo principal e transversal a todos os pontos a reparação das vítimas.

Ao longo deste trabalho efetua-se uma análise paralela entre dois casos de países que assinaram este tipo de acordos no passado, um bem e outro mal sucedido, com o fim de prever como funcionarão na Colômbia, partindo do pressuposto de que os acordos colombianos se construíram com base noutros já assinados anteriormente em diferentes pontos do globo. Realiza-se, também, uma pesquisa de campo, entrevistando vítimas do conflito, com o fim de conhecer a sua historia e perceber o seu entendimento relativamente ao proceso de reparação integral em curso.

PALAVRAS-CHAVE: migrações forçadas; deslocado interno; vítimas; Acordos de Paz, Comité Minero Energético – CME; mapeamento OIR; Colômbia.

ABSTRACT

This work is part of a master's degree in Migrations, Inter-ethnicities and Transnationalism, developed in Colombia, in the Energy Mining Committee - CME.

The internship allowed access to study and understand the fifth point of the Peace Agreements, regarding the reparation of the victims of forced migration caused by the Colombian armed conflict, in other words, internally displaced persons. It also helped to build the mapping of opportunities, risks and impacts - OIR - that promoted the understanding among the different participants of the Committee in the aforementioned Agreements, which have as main axis and transversal to all points the reparation of the victims.

Throughout this work a parallel analysis is carried out between two cases of countries that have signed such agreements in the past, one successful and the other unsuccessful, in order to predict how they will work in Colombia, assuming that the Colombian agreements were built on the basis of others already signed in different parts of the world. A fieldwork is also carried out, interviewing victims of the conflict, in order to know their history and understand their perception of the ongoing full reparation process given by the Agreements.

KEY WORDS: forced migration; internal displacement; victims; Peace Agreements, Energy Mining Committee - CME; OIR mapping; Colombia.

Nota de apresentação e agradecimentos

A motivação que me levou a fazer este relatório foi a vontade pessoal de estudar mais profundamente a situação que a Colômbia, o meu país, está a viver. Após 52 anos de guerra e milhões de deslocados internos, assinaram-se finalmente os Acordos de Paz entre o Estado colombiano e as FARC-EP, que se espera, darão uma reparação integral às vítimas deste conflito armado.

Quero agradecer a quem sempre esteve presente e me ajudou a avançar na construção deste relatório.

Dedico este relatório a Paola, Morelia e Gustavo.

ÍNDICE

| | |
|---|-----|
| Resumo | IV |
| Nota de apresentação e agradecimentos | VI |
| Índice | VII |
| | |
| 1. Introdução | 1 |
| 2. Estado da questão | 4 |
| 2.1. <i>Migrações forçadas: Diferença entre refugiado e deslocado interno</i> | 4 |
| 3. Caso Colombiano | 13 |
| 3.1. <i>História do conflito e migração forçada na Colômbia</i> | 13 |
| 3.2. <i>Tentativas de Acordos de Paz na Colômbia</i> | 17 |
| 3.3. <i>Lei de vítimas e restituição de terras</i> | 20 |
| 3.4. <i>UARIV (Unidade de Atenção a Vítimas)</i> | 22 |
| 3.5. <i>Quinto ponto dos Acordos de Paz</i> | 24 |
| 3.6. <i>Análise paralela com outros casos de Acordos de Paz</i> | 29 |
| 3.7. <i>Comparação dos dois casos anteriores com o caso colombiano</i> | 37 |
| 4. O Comitê Mineiro Energético e o Mapeamento OIR | 39 |
| 4.1. <i>Metodologia de análise do mapeamento OIR</i> | 42 |
| 4.2. <i>Resumo do Mapeamento OIR</i> | 42 |
| 4.2.1. <i>A mudança no relacionamento com autoridades locais e as comunidades</i> | 42 |
| 4.2.2. <i>Uma visão da terra e os seus usos</i> | 45 |
| 4.2.3. <i>Um novo modelo de segurança pública</i> | 46 |
| 4.2.4. <i>Verdade e justiça</i> | 48 |
| 4.3. <i>Evento CME</i> | 49 |
| 5. A visão dos deslocados | 51 |
| 5.1. <i>O contexto e a Unidad Distrital de Atención a Víctimas del Conflicto Armado</i> | 51 |
| 5.2. <i>Entrevistas</i> | 52 |

| | |
|---|-----------|
| 5.2.1. Paola..... | 52 |
| 5.2.2. Morelia..... | 56 |
| 5.2.3. Gustavo..... | 60 |
| 5.3. <i>A vontade de uma reparação realista</i> | 67 |
| 6. A minha participação e autoavaliação | 69 |
| 7. Conclusões | 72 |
| 8. Bibliografia | 76 |
| 9. Anexos | 81 |

1. Introdução:

O presente relatório tem como objetivo revelar as actividades realizadas durante o ano de estágio e reflectir se o quinto ponto dos acordos de paz da Colômbia, que trata o tema das vítimas de deslocamento forçado, oferece uma reparação integral às mesmas.

Para cumprir os objectivos propostos, o relatório encontra-se estruturado do geral para o específico, iniciando com um capítulo que aborda os conceitos de migração forçada e deslocados internos. Em seguida, dedica-se um vasto capítulo ao conflito armado colombiano, suas diferentes fases e consequências na população. Será também exposto o ponto dos acordos de paz que se debruça sobre as vítimas do conflito, refletindo-se sobre a possibilidade de reparação das mesmas, no contexto dos actuais acordos assinados, através de uma comparação com outros casos semelhantes, nomeadamente um caso de sucesso e outro de insucesso. O quarto capítulo foca-se na apresentação do meu local de estágio, onde exerci actividade durante um ano e no qual me foi dada a oportunidade de estudar os acordos de paz e pensá-los do ponto de vista das vítimas do conflito armado e como melhor repará-las face ao deslocamento forçado que sofreram. Posteriormente, dedica-se um capítulo à visão de alguns destes deslocados, através de entrevistas que contemplam as suas memórias e narrativas, além da sua perspectiva sobre os acordos e o quão se sentem reparados com a aplicação dos mesmos. Segue-se um capítulo dedicado à minha participação e auto-avaliação ao longo do ano de estágio, bem como outro de conclusão, que pretende reflectir sobre todo o estágio e a análise desenvolvida no presente relatório. Finalmente, apresenta-se a bibliografia e documentação anexa relevante.

O meu ano de estágio foi realizado no CME Colômbia – Corporación Comité Minero Energético de Seguridad y Derechos Humanos-, uma organização colombiana que tem como objectivo promover, ao nível das actividades desenvolvidas pelas empresas e as forças de segurança pública e privada, o respeito pelos Princípios

Voluntários em Segurança e Direitos Humanos. A minha entrada no CME deu-se em agosto de 2015, a fim de realizar um estudo sobre a migração forçada na região de Magdalena Medio. Entretanto, devido a problemas na economia colombiana e à impossibilidade de financiar esta investigação, dirigi o meu trabalho na mesma instituição para outro tipo de funções, que não deixaram, ainda assim, de estar relacionadas com as migrações forçadas. Em setembro de 2015, no seguimento do anúncio, por parte do presidente Juan Manuel Santos da vontade do governo e das FARC- EP –Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia, Ejército del Pueblo- de assinar os Acordos de Paz, foi-me atribuída a responsabilidade de estudar a acuidade do quinto ponto dos referidos Acordos, função que desempenhei até julho de 2016. Neste sentido, durante o meu período de estágio, o CME esteve incumbido de realizar o mapeamento OIR –Oportunidades, Riscos e Impactos- e uma análise profunda dos princípios dos acordos. Tal como referi, fiquei encarregue do quinto ponto dos acordos, que diz respeito à reparação das vítimas do conflito armado, nomeadamente os deslocados internos forçados. Adicionalmente a esta análise, estive encarregue de organizar um enorme evento que pretendeu, através de inúmeras exposições e dois painéis com relevantes figuras do contexto nacional e internacional, servir de espaço de reflexão e de antecâmara à Plenária Mundial de Princípios Voluntários. Posteriormente, entre Maio e Julho de 2016, fiz as memórias do evento e auxiliei na construção da segunda versão deste mapeamento, mais aprimorado, tendo em conta toda a informação saída do evento. Adicionalmente, tive ainda a possibilidade de ajudar na versão inicial de mapeamento que pretende ser aplicada nos acordos de paz com o grupo armado ELN – Ejército de Liberación Nacional.

Como acima referido, este trabalho debruça-se sobre os processos migratórios, isto é, deslocamentos forçados, provocados pelo conflito armado colombiano ao longo de quase três décadas de guerra.

As migrações, de acordo com a OIM¹, são os processos mediante os quais uma pessoa ou um grupo de pessoas se movimentam, seja cruzando uma fronteira internacional ou estatal, sem importar as razões nem a distância do movimento. Segundo Castles & Miller (2009) “warfare, conquest, formation of nations and the emergence of states and empires have all led to migrations, both voluntary and forced”. Podemos, portanto, definir migrações como o movimento de pessoas ou grupos entre territórios, seja voluntario ou involuntário.

Este conflito, que há 57 anos acompanha a história da Colômbia, tem deixado inúmeras consequências negativas para o país, sendo a mais notável e relevante para este trabalho a migração forçada e o deslocamento forçado de milhares de pessoas. Segundo López (2014) ,o deslocamento forçado que tem afetado a população rural colombiana é uma das mais graves consequências da guerra interna do país, criando um sem fim de deslocados pela violência - “desplazados por la violencia”. Ao refletir sobre as razões pelas quais esta mobilização involuntária se dá, a autora refere o medo às diversas situações que surgem com o conflito, nomeadamente os confrontos que acontecem entre os distintos grupos armados nestes contextos rurais, onde a presença do Estado chega a ser inexistente. Esta situação faz com que a população residente nestas regiões se veja vulnerável e obrigada a cumprir as normas impostas por estes grupos ou seja simplesmente assassinada.

“El desplazamiento forzoso en Colombia es una de las consecuencias del conflicto armado interno que más afecta a la población civil, situación que se ha ido expandiendo geográficamente por gran parte de territorio colombiano por causas asociadas a amenazas directas, enfrentamientos entre grupos armados, asesinatos y reclutamiento forzado. Por lo cual tal situación representa una de las crisis humanitarias y sociales más profundas que enfrenta el país, tanto por los costos que impone al Estado y a la sociedad, como por los efectos en la población ya que según indican estudios psicosociales la calidad de vida de los desplazados tarda en equilibrarse

¹ Organização Internacional para as Migrações

aproximadamente cinco años, en los casos en que se llegan a suplir las condiciones mínimas para reconstruir una nueva vida.” (López 2014).

2. Estado da Questão

2.1. Migrações forçadas: Diferença entre refugiado e deslocado interno

Dentro dos diferentes tipos de migrações existem as migrações forçadas, conceito fundamental para a análise do caso colombiano no presente trabalho.

Segundo Aydos (2009), as migrações forçadas englobam a violência enquanto um fator migratório, pelo que as pessoas deslocadas devido a este processo podem ser entendidas e caracterizadas como migrantes de períodos de guerra.

“O ponto de partida para uma análise da migração deve ser a determinação do fluxo no tempo e no espaço, e as áreas de origem e destino devem ser analisadas dentro de um mesmo contexto histórico. É fundamental para a compreensão do processo que a análise cubra ambos, origem e destino dos imigrados. A área de origem, segundo Singer, é onde se deram as transformações que levaram os grupos a migrarem. O elemento migrante só existe para a sociedade de destino a partir do momento que ele transpõe fronteiras (Sayad, 1991 – apud Vainer, 1996). Isto é, a condição social de ser um imigrante é antes de tudo dada pela condição social de ser um (potencial) emigrado.” (Aydos, 2009: 2).

Por outro lado, temos a definição de Wood (1994), que argumenta que a definição convencional de refugiado não engloba todas as situações de que são vítimas as populações que são forçadas a migrar.

“The extend of forced migration is underestimated, however, because the conventional definition of refugees as victim of coercive government policies

or war who cross an international boundary fails to account for the many others uprooted by communal ethnic conflict, life-threatening environmental and economic conditions, and mandatory repatriations.” (Wood, 1994:607).

O International Committee of the Red Cross –ICRC (AAVV, 2009) afirma que, em todo o mundo, existem cerca de 26 milhões de pessoas deslocadas, muitas delas por conflito armado. Estes dados são também, a outra escala, corroborados pelo ACNUR (AAVV, 2016a):

“There were 8.6 million new displacements associated with conflict and violence in 28 countries during 2015 [...] The average number of people displaced each year by conflict and violence has risen over the last 13 years. Our figures show an average of 5.2 million displacements a year since 2003, which equates to 14,000 people forced to flee their homes every day. Calculated over the last five years, the average rises to 7.6 million a year, or more than 20,000 people a day. This increase correlates with findings that conflict and violence intensified world-wide between 2008 and 2015.” (AAVV, 2016a:9).

Para o propósito deste relatório é fundamental explicar a diferença que existe entre refugiado e deslocado interno. Segundo o ACNUR² “a prática de conceder asilo em terras estrangeiras a pessoas que estão a fugir de perseguição é uma das características mais antigas da civilização. Referências a essa prática foram encontradas em textos escritos há 3500 anos, durante o florescimento dos antigos grandes impérios do Oriente Médio, como o Hitita, Babilônico, Assírio e Egípcio antigo”. Contudo, a diferença entre um e outro radica no fato de, ao contrário dos refugiados³, os deslocados internos não cruzarem fronteiras internacionais à procura

² Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

³ A Convenção de Refugiados de 1951, que estabeleceu o ACNUR, determina que um refugiado é alguém que “temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país”. (<http://www.acnur.org/t3/portugues/quem-ajudamos/refugiados/>)

de proteção e segurança, mas antes, fiquem dentro do seu próprio país, pelo que não recebem as mesmas ajudas internacionais que os refugiados recebem.

“Los desplazados internos están entre las personas más vulnerables del mundo. A diferencia de los refugiados, los desplazados internos no cruzan fronteras internacionales en busca de seguridad y protección, sino que permanecen dentro de su propio país. En determinadas circunstancias, pueden ser obligados a huir por las mismas razones de los refugiados (conflicto armado, violencia generalizada, violaciones de los derechos humanos), con la diferencia que los desplazados internos permanecen bajo la protección de su gobierno, aun en los casos en que el mismo gobierno se convierte en una de las causas de su huida. Los desplazados internos conservan todos los derechos que les corresponden como ciudadanos, además de la protección derivada del derecho internacional de los derechos humanos y el derecho internacional humanitario. El número de los desplazados internos alrededor del mundo es alto. Según los datos del Observatorio sobre el Desplazamiento Interno del Consejo Noruego para Refugiados (IDMC-NRC), a finales de 2015 había 40,8 millones de personas en todo el mundo desplazadas internamente por causa de conflictos armados- 2,8 millones más que en 2014 - el 53% de los cuales en cinco países afectados por conflictos: Siria, Colombia, Irak, Sudán y Yemen.”⁴

Por outro lado, segundo Kalin (2014), embora o deslocamento interno tenha sido uma realidade desde o advento do Estado-nação e a fixação das fronteiras internacionais, os deslocados tornaram-se a preocupação da comunidade internacional apenas no final da Guerra Fria. Tendo isto em conta, a Comissão dos Direitos Humanos da ONU concordou em reconhecer que a proteção dos deslocados internos seria reforçada pela identificação, reafirmação e consolidação de direitos específicos para a sua proteção. Em consequência, solicitou ao Representante do

⁴ UNHCR ACNUR. Desplazados Internos. <http://www.acnur.org/t3/a-quien-ayuda/desplazados-internos/>

Secretário-Geral que, com base na sua compilação e análise das normas jurídicas, continuasse a desenvolver um quadro apropriado a este respeito para a protecção das pessoas deslocadas internamente. Assim, em 1998, na Comissão dos Direitos Humanos para os Princípios Orientadores sobre Deslocamento Interno, um grupo de especialistas descreveu os deslocados internos como “persons or groups of persons who have been forced or obliged to flee or to leave their homes or places of habitual residence, in particular as a result of or in order to avoid the effects of armed conflict, situations of generalized violence, violations of human rights or natural or human-made disasters, and who have not crossed an internationally recognized state border.” (Kalin 2014, 144).

Como referido, em contraste com os refugiados, os deslocados internos não deixam o seu próprio país e, portanto, permanecem sob a jurisdição do seu governo, mesmo nos casos em que as forças governamentais ou autoridades são as responsáveis pelo seu deslocamento. Em virtude da soberania do Estado, a comunidade internacional não tem o direito de substituir as autoridades nacionais, mas desempenha um papel subsidiário, complementar ou de apoio, da ação governamental. Assim, embora a protecção aos refugiados seja essencialmente internacional, a protecção aos deslocados internos é maioritariamente nacional, mesmo que num cenário de "estado falido", onde um governo desmoronou ou retirou a sua presença de partes importantes do país. Assim se pode entender o motivo pelo qual, neste contexto, a comunidade internacional não tem uma capacidade efetiva de intervenção. Se os refugiados, como estrangeiros, não gozam normalmente de todos os direitos de que dispõem os cidadãos de um país, é importante relevar que, na realidade, os deslocados internos também são discriminados e tratados como se fossem cidadãos de segunda classe (Kalin 2014). Torna-se, por isso, necessário insistir que os deslocados não devem perder nenhum direito pelo fato de se deslocarem dentro do seu país, realidade que, infelizmente, acaba por suceder.

Finalmente, apesar das diferenças, é fundamental ter em conta que tanto refugiados como deslocados internos vivenciam situações semelhantes ao chegar ao

novo lugar onde vão ter de morar, devido ao seu deslocamento. Ao referir-se aos refugiados, Kalin (2014) afirma que “Refugees and IDPs alike experience the perils of flight, find themselves in a new, often difficult environment, and hope to find a durable solution allowing them to rebuild their shattered lives.”

É fácil entender que as migrações forçadas têm tido grandes consequências nos países de origem e de destino, quando nos referimos a refugiados, mas também dentro dos próprios países, quando pensamos em deslocados internos.

O fenómeno da migração forçada tem marcado a América Latina de uma forma particular nos últimos 200 anos. A este respeito, segundo Fischel De Andrade (2014), existe actualmente uma maior relevância da situação de deslocamento forçado interno que tem ocorrido na Colômbia. Para Carrillo (2009), na Colômbia existem dois tipos de deslocamento forçado: o deslocamento massivo e o deslocamento individual. Quase 80% das pessoas incluídas no registo de deslocados internos o fizeram individualmente. Segundo o mesmo autor, o deslocamento interno é causado pela acção direta ou indireta de grupos armados ilegais ou confrontos entre esses grupos e entre estes grupos e o exército colombiano. Face esta ameaça, as pessoas permanecem nas suas casas sob o risco de perder as suas vidas, vivendo com medo. Outras, pelo contrário, decidem migrar para outra parte do país para tentar recomeçar uma vida nova. Quando as pessoas fogem das suas casas, tendem a ir, inicialmente, para o centro urbano mais próximo. Em seguida, passam - embora nem sempre - para uma cidade maior. As famílias passam quase sempre para grandes cidades, onde pensam poder encontrar melhores oportunidades de emprego, renda, rendimentos económicos e educação. Além disso, sentem poder ter maior capacidade institucional para prestar assistência e serviços adequados às suas necessidades.

“In conclusion, it can be said that in Colombia, the tendency of displacement from rural areas to urban centres has implications in terms of land management (i.e. the efficient use of land, and overcrowding caused by the influx of IDPs into towns and cities); availability of government services and

assistance; and integration of the displaced population into local economies with limited employment and income generation opportunities.” (Carrillo, 2009, 530)

Como anteriormente referido, no caso colombiano é necessário ter em conta que os deslocados internos são o resultado do conflito armado interno colombiano e das violações de direitos humanos resultantes do tráfico de drogas, disputas sobre o controle de terras e ações de forças estatais e grupos armados ilegais, como guerrilheiros e grupos paramilitares (Fischel De Andrade, 2014). O mesmo é corroborado por outras análises realizadas, de que é exemplo o documento de 2009 da International Committee of the Red Cross:

“In armed conflict, displacement is frequently caused by violations of international humanitarian law (IHL) or fundamental human rights. Indeed, were existing laws adhered to most people displaced by violence would be able to remain at home. But they are not, and with the military, armed groups and authorities failing to fulfil their obligations many flee several times.” (AAVV 2009, 4)

Segundo o Centro Nacional de Memoria Histórica (AAVV, 2015b), os deslocados internos na Colômbia vêm, na grande maioria dos casos, das zonas rurais do país onde a presença do Estado colombiano é praticamente inexistente (ver Anexo 1). Carrillo (2009) afirma que a mudança de uma zona rural para uma zona urbana tem um profundo impacto humanitário, económico e inúmeras consequências sociais nestas pessoas. Além disso, os marcados processos históricos vividos por várias gerações das populações destas regiões fazem com que estas se apresentem em situação extremamente desvantajosa ao chegaram às cidades, nomeadamente a sua educação e capacidade de adaptação à desconhecida realidade que terão que enfrentar.

“Las regiones más impactadas, tanto por desplazamientos individuales como masivos, comparten algunas características como ser zonas marginales de colonización, marcadas por procesos de luchas agrarias, donde han sido reconocidos territorios colectivos de comunidades afrodescendientes y resguardos indígenas, donde existen polos de desarrollo económico importantes para la economía nacional y una alta concentración de la propiedad rural, entre otras características. Por otra parte, algunas de estas regiones han sido duramente afectadas por el conflicto armado debido a prolongadas disputas por su control, marcadas por la presencia temprana de actores armados, la incursión de nuevos actores y su confluencia en un mismo periodo de tiempo.” (AAVV, 2015b: 144)

O mesmo autor (Carrillo, 2009) prossegue a ideia de que na Colômbia os deslocados internos pertencem às classes mais pobres e muitos ficaram ainda mais pobres depois de terem sido deslocados das áreas rurais. As suas oportunidades de ganhar a vida e alcançar um grau de estabilidade são reduzidas devido às dinâmicas dos centros urbanos, que são significativamente diferentes às das áreas rurais, de que é exemplo o fato do nível educativo ser fundamental no momento de conseguir trabalho. Outro exemplo é o fato de estarem habituados a serem auto-sustentáveis, obtendo alimentos diretamente das terras que cultivavam e do gado que mantinham, ou ainda comprando comida a um custo relativamente baixo. Contudo, em ambientes urbanos, eles encontram enormes dificuldades, tendo que contar com a ajuda de familiares e amigos e com auxílio humanitário. O fluxo de deslocados internos numa cidade contribui para espalhar a margem de pobreza e aumentar os riscos sociais para todas as populações vulneráveis que aí se encontram.

“When people are displaced, they cannot compete effectively in the labour market, as their farming skills are not easily transferable to an urban environment, where the unemployment rate can be as high as 13%. IDPs have to compete with the resident population for job opportunities, with the added

disadvantage of being poorly educated and suffering the stigma of their IDP status.” (538)

A concentração dos deslocados internos em centros urbanos torna-os mais vulneráveis, vivenciando dificuldades, algumas extremamente traumáticas. Um exemplo é a situação referida pela Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres, que afirma que 50% das mulheres deslocadas são vítimas de violência sexual e outras formas de violência baseada em género.

Segundo Fischel De Andrade (2014), a grande maioria dos deslocados internos colombianos são pessoas pertencentes a comunidades afro-colombianas e indígenas, que vêm de áreas como a Costa do Pacífico e as fronteiras com o Equador e a Venezuela. Estas áreas estratégicas estão sob o controlo de grupos armados, o que dificulta, a médio-prazo, a restituição de terras aos deslocados provenientes destas zonas. É também importante notar, a este respeito, outro aspecto que contribui para que mais de metade da população deslocada viva em centros urbanos: as 70.000 minas antipessoais que estão espalhadas por 22% do território colombiano, a grande maioria em zonas rurais.

A maior parte dos refugiados e deslocados internos colombianos que migraram para as grandes cidades, vítimas do conflito armado, encontram-se agora em cidades como Bogotá (capital do país), Medellín, Cali, Santa Marta, Sincelejo e Valledupar.

“A diferencia de los procesos de migración que presenció el país a mediados del siglo XX, la particularidad de los últimos treinta años ha sido el direccionamiento de la población campesina hacia las ciudades y no necesariamente hacia nuevos frentes de colonización como ocurrió entonces. En efecto, al analizar la información disponible sobre el destino de la población desplazada, se encuentra que en el listado de los principales receptores netos aparece la capital del país, junto a otras ciudades principales y capitales de departamento. De acuerdo a la información contenida en el RUV,

con corte a 31 de diciembre de 2014, Bogotá D.C. ha recibido 496.837 personas desplazadas; Medellín, 403.676 personas; Santa Marta 186.135 personas; Cali 140.751 personas; Sincelejo 133.101 personas; y Valledupar 124.288 personas.” (AAVV, 2015b: 230)

Na tentativa de inverter o rumo que se seguiu durante largas décadas, 2008 foi declarado o ano para a promoção dos direitos dos deslocados internos e o setor privado foi incentivado a contribuir para ajudar as vítimas. Sobre isto, Carrillo (2009) conclui que a assistência aos deslocados na Colômbia envolve um cenário muito complexo, incluindo uma variedade de atores, sejam públicos (com uma forte presença do Estado) ou privados (através de empresas de diferentes áreas), bem como diferentes abordagens.

A tentativa de apoio do Estado Colombiano aos deslocados tem sido algo desorganizada, o que faz surgir situações inconvenientes, como o fato de existirem pessoas mais necessitadas das cidades para onde os deslocados migram que se fazem passar por deslocados com o fim de receber as ajudas que o Estado tem destinado para estes. Os deslocados registados (com estatuto de deslocado interno reconhecido e incluídos no registo oficial do governo) recebem ajuda durante a fase de emergência (alimentos, artigos de higiene, cuidados psicossociais, rendas e artigos domésticos essenciais), por um período de três meses. Depois disso, a família tem direito a assistência sob a forma de educação, saúde, treino e apoio para realizar projetos geradores de renda com vista à estabilidade financeira. Isto faz com que as pessoas mais necessitadas que se encontram nestas cidades entrem em competição com os deslocados internos para obter as ajudas que estes recebem, criando mais conflitos e clivagens sociais que não contribuem, em nada, para uma sociedade pacificada que trabalhe no sentido de progresso comum.

“Poor people sometimes try to pass themselves off as IDPs in order to receive IDP assistance, which has made it necessary to implement controls and mechanisms to verify IDP status. These cases of fraud

cause inconvenience to the government and organizations that provide assistance.” (Carrillo, 2009, 538)

3. Caso Colombiano

3.1. História do conflito e migração forçada na Colômbia

A Colômbia é um país que tem estado em conflito aproximadamente desde 1958 até aos dia de hoje. Segundo o Centro de Memoria Histórica de Colômbia (AAVV, 2013a), esta situação torna-o o país com o conflito mais antigo da história, ainda por resolver. Conforme o Centro Nacional de Memória Histórica (AAVV, 2015b), “El caso colombiano es paradigmático en la expresión del desplazamiento forzado a nivel mundial”. O conflito tem sido heterogêneo ao longo do tempo e, segundo esta organização, teve quatro períodos evolutivos.

“El conflicto colombiano ha sido heterogéneo tanto a lo largo del tiempo como en la extensión del territorio. Así mismo lo han sido sus actores, sus víctimas y sus repertorios violentos. Superar este proceso pasa por preguntarnos por los contextos en que el conflicto surgió, por los motivos de sus cambios a través de la historia y por las razones de su prolongada permanencia; hecho que convierte a Colombia en el país con el conflicto sin negociar más antiguo del mundo.” (AAVV, 2015b: 111)

O primeiro período compreendeu os anos 1958-1982, conhecido como “La Violencia” e caracterizado pelos confrontos bipartidários, entre o partido de direita e o de esquerda, pelo domínio do Estado e da Frente Nacional⁵; além das contínuas

⁵ “El Frente Nacional fue una coalición política concretada en 1958 entre el Partido Liberal y el Partido Conservador de la República de Colombia. A manera de respuesta frente a la llegada de la dictadura militar en 1953, su consolidación en el poder entre 1954 y 1956, y luego de una década de grandes índices de violencia y enfrentamientos políticos radicales, los representantes de ambos partidos, Alberto Lleras Camargo (Partido Liberal) y Laureano Gómez Castro (Partido Conservador), se reunieron para discutir la necesidad de un pacto entre ambos partidos para restaurar la presencia en el poder del Bipartidismo. El 24 de julio de 1956, los líderes firmaron el Pacto de Benidorm, en tierras españolas, en donde se estableció como sistema de gobierno que, durante los siguientes 16 años, el

tentativas falhadas de uma reforma sobre a posse das terras. O segundo período foi de 1982 até 1996, distinguindo-se como o período no qual: 1) as guerrilhas criadas no período anterior se organizaram; 2) surgiu e se propagou o narcotráfico; 3) nasceram os grupos paramilitares e a Constituição de 1991. O terceiro momento compreendeu os anos entre 1996-2005 e caracterizou-se pela radicalização política da opinião pública favorável a uma solução militar do conflito armado e, por outro lado, pela expansão simultânea da guerrilha e dos paramilitares. Além disso, este foi o período no qual a guerra conseguiu alcançar a sua máxima extensão, expressão e vitimização. Neste sentido, o conflito transformou-se numa luta a “ferro e fogo” pela posse das terras, o território e o poder local. A relação que existia entre a população e os grupos à margem da lei transformou-se, passando de uma relação de persuasão a uma relação de intimidação, agressões, morte e deslocamentos massivos. Finalmente o quarto período, de 2005 a 2012, que se conhece como o período em que o Estado conseguiu enfraquecer os grupos armados, ainda que não tenha conseguido eliminá-los por completo. É importante referir o fracasso das negociações de paz com os paramilitares, levando assim a uma reconfiguração funcional deste fragmentado grupo à margem da lei.

“Debido a que el desplazamiento forzado no se agota al momento de la expulsión, su continuidad en el tiempo se manifiesta en el proceso migratorio y en la búsqueda, temporal o permanente, de protección, principalmente en centros urbanos. A pesar de que existe una tendencia mundial migratoria de lo rural a lo urbano, en el contexto colombiano, este proceso ha sido acelerado y marcado por el desplazamiento forzado, es decir por un tipo de migración no voluntaria que ha generado profundas transformaciones en los asentamientos humanos a lo largo y ancho del país. Esto se hace evidente con los siguientes datos:

poder presidencial se alternaría, cada cuatro años, entre un representante liberal y uno conservador. El acuerdo comenzó a ser aplicado en 1958, luego de la caída de la dictadura de Gustavo Rojas Pinilla, la transición política efectuada por una Junta Militar, y con la elección de Alberto Lleras Camargo, y llegó a su fin el 7 de agosto de 1974, en el momento en que termina el mandato del político conservador Misael Pastrana Borrero.”

http://www.banrepcultural.org/blaavirtual/ayudadetareas/politica/el_frente_nacional

- en 1938 el 31 por ciento de la población habitaba en las cabeceras municipales (Ante la falta de un criterio homogéneo de división entre población rural y urbana se adopta el criterio estadístico manejado por el DANE, que divide la población en dos áreas: cabeceras municipales – sede de los gobiernos municipales y resto del municipio.);

- en 1964, concluido el periodo de La Violencia, el 52 por ciento de la población habitaba en las cabeceras municipales; y

- en 1985, en los inicios de la dinámica actual del desplazamiento forzado, el 65 por ciento de la población habitaba en cabeceras municipales (19.628.427 personas de un total de 30.062.198 de la población);

- en 1993 el 69 por ciento de la población habitaba en cabeceras municipales (25.848.890 personas de un total de 37.635.094 de la población);

y

- en 2005 el 74 por ciento de la población habitaba en cabeceras municipales (31.890.892 personas de un total de 42.888.592 de la población).“
(AAVV, 2015b: 229)

Um conflito tão prolongado contribuiu para um grande número de deslocados. Infelizmente, a Unidade para a Atenção e Reparação Integral das Vitimas – UARIV tem apenas em conta as pessoas deslocadas a partir de 1996. (Fischel De Andrade, 2014)

“At the end of 2013 there were 5,087,092 IDPs and people in IDP-like situations protected and/or assisted by UNHCR in Colombia. The recent increase of more than one million IDPs is due to the national registry having been updated on the one hand, and a 2013 Constitutional Court decision to include those displaced by post-demobilization armed groups and criminal gangs as IDPs on the other. If the current peace process is not successful, the numbers tend to increase. Although the overall figure encompasses only those people who have been displaced since 1996, the IDP problem in Colombia dates back to 1948 when ‘The Violence’ (La Violencia) started. The IDPs are the outcome of internal armed conflict and human rights violations resulting from drug trafficking, disputes over the control of land, and the actions of state forces and illegal armed groups, such as guerrillas and paramilitary groups.”
(501)

Conforme dados disponibilizados pela ACNUR no documento “Global Report on International Displacement” de 2016 (AAVV, 2016a), a Colômbia é um dos cinco países mais afetados por conflito armado. Segundo este Comissariado, o número total de deslocados internos pelo conflito e violência é de 40.800.000⁶ dos quais 6.300.000 estão na Colômbia. Este último número, comparado com a população total do país, que segundo o DANE⁷ para o ano de 2015 é de 48.203.405 pessoas, representa cerca de 13% da população nacional.

“The issue of decaying data is particular concern with Colombia a country that has been among the five countries with the highest number of people internally displaced by conflict every year since we began monitoring internal displacement in 1998. To its credit, the government has maintained a sophisticated and detailed account of the country’s displaced population. The data in the latest iteration its registry for IDPs, part of the national victims’ registry administered by the country’s victim unit, is disaggregated by age, gender, provenance and resettlement location, and paints a highly detailed picture.” (ACNUR, 2016a:41) (Anexo 2)

Um das guerrilhas que se criaram durante o primeiro período de conflito foram as FARC-EP – Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo. Este conhecido grupo, conforme informa na sua página da internet⁸, por meio da qual fazem todos os seus comunicados, são um movimento revolucionário de caráter político-militar que nasceu nas montanhas do departamento de Tolima na

⁶ Estes valores foram recolhidos pela ACNUR até ao 31 de dezembro de 2015. (<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/Publicaciones/2016/10449>)

⁷ Departamento Nacional de Estadística Colombiano, este valor foi estimado segundo este Departamento da seguinte forma: “Estas proyecciones fueron realizadas tomando como base los resultados ajustados de población del Censo 2005 y la conciliación censal 1985 - 2005; así como los análisis sobre el comportamiento de las variables determinantes de la evolución demográfica, las hipótesis y algunos comentarios sobre sus resultados.” (<http://www.dane.gov.co/index.php/poblacion-y-demografia/proyecciones-de-poblacion>)

⁸ <http://farc-ep.co/nosotros.html>

Colômbia, em 1964, e que hoje em dia se encontra espalhado por praticamente todo o território colombiano. Desde o seu nascimento até hoje tem-se caracterizado pela luta política-armada contra o imperialismo, neoliberalismo, contra a destruição do meio ambiente e o patriarcado. Após 52 anos de guerra, a 23 de Junho de 2016, o presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, juntamente com o chefe das FARC, “Timochenko”, assinaram o sexto ponto dos Acordos de Paz, que visa o consenso para o fim da guerra, através de medidas objetivas.

“Entre los anuncios claves está que el acuerdo final de paz será firmado en Colombia. Además, que el acuerdo incluye la concentración de guerrilleros en 23 zonas, en las que estarán de civil y sin armas. También, que dejarán las armas que recibirá la ONU y aceptarán el mecanismo de participación que avale la Corte Constitucional para que el pueblo colombiano diga si acepta o no los acuerdos de paz.” (“Con Apretón de manos Santos y “Timochenko” acuerdan fin de la guerra”, El Tiempo. 2016)

3.2. Tentativas de Acordos de Paz na Colômbia

Segundo López (2016), entre o ano de 1989 e 2012 a Colômbia realizou nove tentativas de processos de paz com diferentes grupos à margem da lei, grupos esses que surgiram como consequência da Frente Nacional (Anexo 3) –Ejército Popular de Liberación -EPL, Movimiento 19 de abril -M19, Partido revolucionario de los Trabajadores -PRT, Movimiento Armado Quintín Lame –MAQL, Corriente de Renovación Socialista, Milicias, Frente Francisco Garnica, Movimiento Independiente Revolucionario – Comandos Armados – MIR-COAR e AUC –Paramiliteres-.

“La actual negociación de paz con las FARC y el ELN es el décimo proceso de paz en Colombia. Pocos países tienen más experiencia en conflicto armado y guerra civil que Colombia, pero ningún otro tiene más experiencia en paz; Colombia es el único país del mundo que ha hecho nueve procesos de paz, desmovilización y posconflicto en los últimos treinta años [...] Si logramos

culminar la negociación de paz con las FARC y el ELN, habremos culminado la desmovilización de todos los grupos armados ilegales que surgieron desde el Frente Nacional alegando falta de garantías para su seguridad y/o acción política. En ese sentido, el que viene será el primer proceso de posconflicto propiamente dicho, en el sentido que no quedarán otros grupos armados ilegales pos-Frente Nacional. Nos quedarán desafíos de seguridad enormes como el crimen y delincuencia organizada, las Bacrim, la inseguridad urbana y rural y, sobre todo, la rampante corrupción de la política, la justicia y la Policía, pero habremos puesto fin al conflicto armado colombiano de la segunda mitad del siglo XX.” (López, 2016)

Contudo, importa referir que nenhum destes processos de paz teve um final com as FARC – EP, grupo à margem da lei sobre o qual focará este relatório, mais especificamente sobre os acordos de paz que se estão a desenvolver e concluir actualmente, bem como as enormes consequências dos seus atos com as vítimas – os deslocados - e como vão ser ajudadas e beneficiadas ou prejudicadas com este acordo.

Segundo Álvaro Villarraga Sarmiento⁹, diretor do Centro de Memoria Histórica, existiram, além da atual, quatro tentativas de acordos de paz com este grupo. Atualmente, após o recente 23 de junho de 2016, momento da assinatura do ponto referente ao fim da guerra - que versa de forma específica sobre o cessar-fogo e a finalização do conflito, apesar de que ainda falta realizar o referendo dos Acordos para que os mesmos sejam efetivados – tal situação parece mais próxima.

Interessa, portanto, descrever e perceber as diferentes tentativas promovidas. A primeira tentativa ocorreu durante o período presidencial de Belisario Betancur em 1984, tendo as FARC cessado fogo durante três anos - de 1984 até 1987. Contudo, houve uma significativa rejeição das elites políticas do país, do Congresso da República e do setor económico sobre os acordos, além do massacre dos integrantes da Unión

⁹ “Los frustrados intentos por firmar la paz con las FARC”, Vanguardia. 26 de Junho de 2016. <https://www.vanguardia.com/colombia/363590-los-frustrados-intentos-por-firmar-la-paz-con-las-farc>

Patriótica¹⁰, o que levou ao fim dos diálogos. A segunda tentativa fracassada foi em 1989, no fim do mandato de Virgilio Barco e no início do mandato de César Gaviria, devendo-se o fracasso desta tentativa ao assassinato do ex-ministro Argelino Durán Quintero, que foi sequestrado pelos dissidentes da EPL – Ejército Popular de Liberación -, cessando-se mais uma vez os diálogos. A terceira ocorreu em 1996, durante a presidência de Ernesto Samper, e falhou devido ao frágil governo que este presidente encabeçou, o que levou a que sua decisão dos diálogos fosse rejeitada pelos militares, fazendo com que o governo tivesse que se arrepender de dar continuação aos diálogos. A quarta tentativa aconteceu no governo de Andrés Pastrana, em 1999, sendo que nesta oportunidade os diálogos tiveram uma duração de três anos, de 1999 até 2002, tendo-se criado uma agenda específica, mas existindo sempre a impressão de que a paz foi o plano B de ambas as partes. O plano A sempre foi ganhar tempo para pensar novamente uma melhor tática de guerra. E o quinto momento é, conforme anteriormente referido, o que está a ter lugar atualmente, durante o governo de Juan Manuel Santos. Segundo a página da mesa de diálogo¹¹, em novembro de 2012, o Presidente decidiu dar início aos diálogos com as FARC em Havana, Cuba, com o objetivo de construir uns acordos para finalizar o conflito, tendo-se acordado uma agenda de seis pontos, a saber: 1) Política de desenvolvimento agrário integral; 2) Participação política; 3) Fim do conflito; 4) Solução ao problema das drogas ilícitas, 5) Vítimas e 6) Implementação, verificação e referendo. No dia 23 de Junho de 2016 assinou-se o ponto de fim do conflito, o que significa que se os acordos passarem o referendo, se dará fim ao conflito colombiano, após 52 longos anos.

¹⁰ “La Unión Patriótica surgió como una convergencia de fuerzas políticas a raíz del proceso de negociación adelantado a mediados de la década de 1980 entre el gobierno del presidente Belisario Betancur y el estado mayor de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia, FARC. En 1984, y como fruto de esos diálogos, las partes pactaron varios compromisos sellados con la firma de los llamados “Acuerdos de La Uribe”. En ellos se estipuló el surgimiento de un movimiento de oposición como mecanismo para permitir que la guerrilla se incorporara paulatinamente a la vida legal del país y otros miembros de alianzas políticas como demócratas y de izquierda conformaron la nueva coalición. [...]En 1984, se presentaron los primeros asesinatos y “desapariciones” forzadas. Tras las agresiones se percibía la actuación de agentes estatales o de integrantes de grupos paramilitares. Las constantes violaciones a los acuerdos firmados, hicieron que se rompieran las negociaciones entre el Gobierno y la guerrilla.” <http://unionpatrioticacolombia.com/node/484>

¹¹ <http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/mesadeconversaciones/index.html>

Relativamente aos anos em que se tem prolongado o conflito armado colombiano, é fundamental ter em conta a quantidade de pessoas deslocadas, segundo os diferentes períodos presidenciais (Anexo 4). Durante o governo de Julio Cesar Turbay (1978-1982) houve 2,224 deslocados; no de Belisario Betancourt (1982-1986) houve 19,819; de Virgilio Barco Vargas (1986-1990) contam-se 87,203 deslocados; de César Gaviria Trujillo (1990-1994) foram 133,900 os deslocados; Ernesto Samper (1994-1998) houve 548,686; Andrés Pastrana Arango (1998-2002) contabilizam-se 1,827,331 deslocados; Álvaro Uribe Vélez –primeiro período- (2002-2006) houve 1,630,614 deslocados; Álvaro Uribe Vélez –segundo período- (2006-2010) totalizam-se 1,364,398 deslocados e, finalmente, Juan Manuel Santos Calderón (2010-2014) com 969,576 deslocados. Foi durante este último período presidencial, mais exatamente no ano de 2012, que começaram os diálogos entre o Governo Nacional e as FARC-EP. Somando os vários períodos referidos, totaliza-se um número final de aproximadamente 6,578,748 deslocados pela violência e o conflito interno colombiano.

Conforme mencionando anteriormente, este relatório vai focar-se neste grupo à margem da lei, as FARC-EP, mais especificamente sobre os acordos de paz que se estão a desenvolver e concluir atualmente, assim como sobre as enormes consequências dos seus atos com as vítimas – os deslocados. Existe, portanto, o objetivo de entender como estas vão ser ajudadas e beneficiadas ou prejudicadas com este acordo, analisando especificamente o quinto ponto, que se debruça sobre as vítimas. Para tal, será feito adicionalmente um paralelo entre um caso de sucesso e outro de insucesso em acordos de paz, com enfoque nesta temática das vítimas, para assim saber, mesmo de forma perspectiva ou teórica, como pode funcionar o dito acordo.

3.3. Lei de Vítimas e Restituição de Terras

Antes de começar a falar sobre o quinto ponto dos acordos de paz, intitulado “Acuerdo sobre las víctimas, sistema integral de verdad, justicia, reparación y no repetición y compromiso sobre Derechos Humanos”, é necessário falar sobre o que já

existia na Colômbia relativamente a este fenómeno. A lei 1448 de 2011, mais conhecida como Lei de Vítimas e Restituição de Terras, estabelece em primeiro lugar que se consideram como vítimas “las personas que individual o colectivamente hayan sufrido un daño como consecuencia de violaciones a los derechos humanos, ocurridas a partir del 1° de enero de 1985 en el marco del conflicto armado, (homicidio, desaparición forzada, desplazamiento, violaciones sexuales y otros delitos contra la integridad sexual, secuestro, despojo de tierras, minas antipersona y otros métodos de guerra ilícitos, ataques contra la población civil).”¹²

Neste sentido, esta lei constitui um marco importante na defesa e garantia dos direitos humanos na Colômbia, pretendendo ser inclusiva e tendo sido, na altura, a esperança de conseguir uma reconciliação nacional. O Governo Nacional, sublinhe-se, quis fortalecer o marco normativo com o fim de responder competentemente às necessidades específicas da população vítima da violência, além de conseguir coordenar os esforços da esfera pública e privada no regresso da garantia dos direitos à justiça, verdade e reparação. “El Gobierno Nacional en cabeza del Señor Presidente de la República, ha liderado la construcción de un consenso general que le asegure al país una ley integral de atención a las víctimas, reconociendo la titularidad de los derechos a la verdad, justicia y reparación que les asiste. Una ley, que como él mismo ha señalado “...ayudará a saldar una deuda moral con las víctimas””. (Prólogo Ley de Víctimas y Restitución de Tierras, 2011).

Deste modo, esta lei cria as bases para a implementação da política pública para a atenção e reparação integral das vítimas. Neste âmbito, de modo a dar a devida diligência aos procedimentos, que são os que se vão encarregar da implementação da mesma, criaram-se os seguintes órgãos: 1) Sistema Nacional de Atención y Reparación Integral de Víctimas –SNARIV, sendo que este fomenta as entidades nacionais e territoriais a ter a responsabilidade de formular, implementar e monitoriar a política; 2) Departamento Administrativo de Inclusión Social y Reconciliación, que está encarregue da atenção aos grupos vulneráveis e da reintegração social e económica,

¹² Ley de Víctimas y Restitución de tierras, Ley 1448 de 2011.

além de ser quem fornece as linhas base de uma política da nova unidade administrativa especial para a atenção e reparação integral, que vai ser encarregada de coordenar e harmonizar as atuações dos órgãos que conformam este sistema; 3) Centro de Memória Histórica, que tem como objetivo reunir e recuperar todo o material existente, tanto ao nível documental como de testemunhos, sobre os fatos que levaram às violações dos direitos das vítimas. É fundamental esclarecer que o maior avanço desta lei foi a criação da Red Nacional de Información para la Atención y Reparación a las Víctimas, que foi o instrumento crucial para a contribuição da sistematização da informação sobre as circunstâncias e determinantes das violações que tem ajudado à satisfação e garantias da não repetição.¹³

3.4. Unidade para a Atenção e Reparação Integral das Vítimas – UARIV

A Unidade para Atenção e Reparação Integral das Vítimas é uma instituição criada em janeiro de 2012 como consequência da Lei 1448 de vítimas e restituição de terras, que foi explicada anteriormente e que pretende ditar medidas de atenção, assistência e reparação integral às vítimas do conflito armado interno.¹⁴

“La Unidad para las Víctimas busca el acercamiento del Estado a las víctimas mediante una coordinación eficiente y acciones transformadoras que promuevan la participación efectiva de las víctimas en su proceso de reparación. En atención a eso, se encarga de coordinar las medidas de asistencia, atención y reparación otorgadas por el Estado, articular a las entidades que hacen parte del Sistema Nacional para la Atención y Reparación Integral a las Víctimas.” (Prologo de la Unidad, 2012)

Este órgão quer, portanto, liderar ações do Estado e da sociedade para atender e reparar integralmente as vítimas, com o fim de contribuir para a inclusão social e a

¹³ Prólogo Ley de Víctimas y Restitución de Tierras, 2011.

¹⁴ <http://www.unidadvictimas.gov.co/es/inicio>

paz. Pretende, então, que no ano de 2021 as vítimas sejam reparadas integralmente, podendo exercer a sua cidadania e ajudando na construção e consolidação da paz, como resultado da gestão efetiva e coordenada da Unidade com os outros atores do Sistema.

Esta Unidade cria a Rede Nacional de Informação, da qual se gera o Registro Único de Vítimas:

“De acuerdo al artículo 153 de la Ley de Víctimas la Red Nacional de Información será el instrumento que garantizará al Sistema Nacional de Atención y Reparación a las Víctimas una rápida y eficaz información nacional y regional sobre las violaciones de que trata el artículo 3° de la presente Ley, permitirá la identificación y el diagnóstico de las circunstancias que ocasionaron y ocasionan el daño a las víctimas. En este sentido la Red Nacional de Información es la instancia donde converge la información de la población víctima proveniente de las entidades comprometidas con la asistencia, atención y reparación integral a las víctimas del conflicto armado.” (Red Nacional de Información, 2012).

Esta base de dados apresenta um total de 8.092.394 pessoas incluídas no Registro Único de Vítimas – RUV, esclarecendo que deste valor referente às vítimas registadas, 7.809.143 são vítimas do conflito armado. Ou seja, este valor é referente às vítimas que manifestaram, na sua declaração, ser vítimas por fatos que ocorreram dentro do conflito armado colombiano. Refira-se, também, que deste total, 6.217.872 são vítimas sujeitas a atenção e 6.849.277 são deslocadas pela violência (Anexo 5). É fundamental esclarecer que estes valores são sujeitos a modificações, pois o conflito armado ainda não chegou ao fim e, até hoje, as vítimas continuam a denunciar e a serem registadas na unidade. A unidade explica que as mudanças nas taxas e estatísticas mudam devido à natureza do Registro Único de Vítimas e aos processos de depuração da informação, gerando-se mudanças nas taxas e estatísticas ao longo do tempo, que podem associar-se às seguintes razões: aumento causado por identificação de números de documentos homónimos ou novos registos de fontes

internas ou externas; ou diminuição causada por identificação de número de documentos já registados ou falhas nos registos administrativos externos.

3.5. Quinto ponto dos Acordos de Paz: “Acuerdo sobre las víctimas, sistema integral de verdad, justicia, reparación y no repetición y compromiso sobre los Derechos Humanos”

“Resarcir a las víctimas está en el centro del Acuerdo entre el Gobierno Nacional y las FARC-EP. [...] El conflicto armado, que tiene múltiples causas, ha ocasionado un sufrimiento y un daño a la población sin igual en nuestra historia. Son millones los colombianos y colombianas víctimas de desplazamiento forzado, cientos de miles los muertos, decenas de miles los desaparecidos de toda índole y un amplio número de colectivos y poblaciones afectadas a lo largo y ancho del territorio, incluyendo comunidades campesinas, indígenas, afrocolombianas, negras, palenqueras y raizales, y Rom, partidos políticos, movimientos sociales y sindicales, gremios económicos, entre otros. Sin olvidar otras formas menos visibles pero no menos dolorosas de victimización, como la violencia sexual, las afectaciones psicológicas, o la simple convivencia con el miedo. En reconocimiento de esta tragedia nacional, desde el Encuentro Exploratorio de 2012, acordamos que el resarcimiento de las víctimas debería estar en el centro de cualquier acuerdo; y que la agenda para la terminación del conflicto debería incluir un punto sobre las víctimas, como quedó consignado en el Acuerdo General del 26 de agosto de 2012.” (AAVV, 2015a)

O excerto anterior é fundamental para entender o quinto ponto dos Acordos de Paz, assinado no dia 15 de dezembro de 2015. Segundo Juanita Goebertus, Coordenadora de Justiça Transicional do Alto Comissariado para a Paz (equipa do acordo das vítimas deste Comissariado por parte da delegação do governo para o quinto ponto em Havana) e como é exposto no vídeo feito pelo Alto Comissariado para a Paz, este ponto é crucial, porque desde o início dos diálogos entre o Governo e as

FARC-EP, em novembro de 2012, se entendeu que não era possível acabar o conflito armado na Colômbia, nem garantir uma paz estável e duradoura, se não se conseguisse satisfazer e garantir os direitos das vítimas. É por isso que a ideia central do Acordo de Paz, desde o seu início até ao acordo geral e momento actual, tem sido compensar as mesmas.

Por conseguinte, o acordo refere-se a: 1) Como se vão satisfazer os direitos das vítimas; 2) Verdade; 3) Justiça; 4) Reparação e 5) Não repetição. O conflito armado colombiano tem provocado grande número de vítimas de todo tipo, estimando-se, e o número não é exato, pois nenhum dos órgãos encarregues das vítimas no país tem o valor exacto, que seja aproximadamente de 7.902.000¹⁵ vítimas.

Este acordo, para que tenha êxito, está acente em dez princípios base: 1) O reconhecimento das vítimas, que consiste em reconhecer todas as vítimas do conflito armado, na sua condição de vítimas e de cidadãos com direitos; 2) O reconhecimento de responsabilidades frente às vítimas do conflito, não se promovendo impunidades; 3) A satisfação dos direitos das vítimas, estabelecendo-se que estes direitos não são negociáveis, desejando chegar a um ponto em comum sobre como e quais devem ser satisfeitos da melhor maneira, tendo em conta o marco do fim do conflito; 4) A participação das vítimas, sendo fundamental que esta seja ativa por diferentes meios e em diferentes momentos dos diálogos. A este respeito, salienta-se a chegada às mesas de 27.000 propostas sobre a forma como deviam participar as vítimas no processo, tendo sido feitos quatro fóruns - um a nível nacional que teve 8.659 contribuições em Cali, em agosto de 2014, e três fóruns regionais, que tiveram 8.346 contribuições em Villavicencia, Barrancabermeja e Barranquilla, entre julho e agosto de 2014. Adicionalmente, foram levadas 60 vítimas (de entre as quais se destaca que 60% eram mulheres, 8% indígenas, 13% afrodescendentes e 8% das mesas municipais, departamentais e nacionais de vítimas) à mesa de conversações em Havana para que

¹⁵ Valor estimado pelo Alto Comissariado para a Paz.
<http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/Documents/informes-especiales/abc-del-proceso-de-paz/victimas.html>

contassem na primeira pessoa as suas experiências e expectativas sobre como é que este acordo, e este ponto em particular, deve satisfazer os seus direitos. Portanto, sublinhe-se que este ponto do acordo foi construído sobre a voz das vítimas; 5) O esclarecimento da verdade pretende entender e esclarecer o que aconteceu durante o conflito, tendo em conta as suas origens, múltiplas causas e os seus efeitos, como parte fundamental da satisfação dos direitos das vítimas e da sociedade em geral. A construção da confiança depende do esclarecimento total e o reconhecimento da verdade; 6) A reparação das vítimas, que têm o direito a ser ressarcidas pelo danos que sofreram por causa do conflito, conseguindo-se assim reestabelecer os seus direitos e transformar a sua condição de vida no marco do fim do conflito, parte relevante da construção da paz estável e duradoura; 7) As garantias de proteção e segurança, que pretendem proteger a vida e a integridade das vítimas, primeiro passo para a satisfação dos demais direitos; 8) A garantia da não repetição. Para entender este princípio é fundamental saber que o fim do conflito e a implementação das reformas que surjam no Acordo Final fazem parte da garantia da não repetição e a forma de assegurar que nunca mais surjam novas vítimas e que nunca mais nenhum colombiano esteja em condição de vítima ou em risco de o ser. As medidas que sejam adoptadas no quinto ponto, assim como as outras dos restantes pontos da agenda, devem ter como objetivo garantir a não repetição; 9) O princípio de reconciliação, isto é, a reconciliação de todos os cidadãos colombianos para conseguir garantir a convivência harmoniosa e respeitadora; e finalmente 10) O enfoque de direitos, que explica que todos os acordos a que se chegue na mesa de conversação sobre a agenda, em especial o quinto ponto das vítimas, tem por obrigação abranger de modo efetivo toda a população colombiana. Para isso, terão de ser tomadas em conta as vulnerabilidades que no marco do conflito tenham tido os direitos humanos.

Para conseguir garantir estes dez princípios criar-se-á um sistema integral de mecanismos judiciais e extra judiciais, para satisfazer os direitos das vítimas. Este sistema tem dois objetivos principais: 1) satisfazer os direitos das vítimas à verdade, justiça, reparação e não repetição; 2) garantir segurança jurídica a quem participou no conflito armado e causou danos, tendo agora que se comprometer com a satisfação dos

direitos das vítimas como parte essencial para a finalização do conflito armado, permitindo-lhes, por sua vez, fazer a passagem à legalidade. Em termos gerais, este sistema pretende a construção da paz, a reconciliação e a geração de condições de convivência.

O acordo tem cinco elementos essenciais: 1) A integralidade, que significa que todos os mecanismos vão estar interconectados de maneira coerente e articulada, sem que nenhum esteja acima de outro; 2) A condicionalidade, que significa que para aceder e manter qualquer tratamento especial de justiça é preciso contribuir para a verdade, a reparação e a não repetição. Nos mecanismos do sistema, a jurisdição especial para a paz vai verificar o cumprimento das condições, baseado em três condições: a) contribuição para a verdade, b) contribuição para a reparação e c) garantia de não repetição; 3) A participação das vítimas em todos os mecanismos do sistema integral; 4) A imparcialidade, que promove independência na seleção do comissariado e a jurisdição especial para gerar confiança na população; e finalmente 5) O enfoque diferencial e de género no sistema, que vai responder às características particulares das vítimas em cada população.

Além disto, este ponto da agenda tem cinco mecanismos e medidas: 1) A Comissão para o estabelecimento da verdade, da convivência e da não repetição, que vai ter uma duração de três anos e pretende ser um mecanismo extra-judicial para esclarecer o que aconteceu ao longo do conflito armado, dando voz a quem participou no mesmo, ou seja, a quem sofreu as consequências ao longo deste, com o objectivo de entender o que se pretende, especificamente através de: a) esclarecer o que aconteceu, b) promover o reconhecimento do acontecido e c) promover a convivência; 2) A Unidade de procura de pessoas que foram dadas como desaparecidas no conflito armado pretende dar satisfação aos familiares, por meio de uma procura em base de dados estaduais e de particulares, para compreender e saber o que aconteceu com essa pessoa e no fim entregar um relatório com a informação recolhida sobre a pessoa aos familiares; 3) Jurisdição Especial para a Paz, mecanismo que pretende, de maneira judicial, administrar a justiça, investigar, julgar e sancionar o que aconteceu no conflito

armado, em particular os crimes mais graves e representativos, tentando lutar contra a impunidade; 4) Medidas de reparação integral para a construção da Paz, medidas estas que vão construir sob o que já tem o país, ou seja, sob o que já se trabalhou sobre separação administrativa, com o fim de conseguir abordar da melhor maneira a construção de paz, satisfação dos direitos das vítimas e garantia que quem causou o dano e os crimes terá que ajudar a reparar; e finalmente 5) Garantia da não repetição, elemento transversal a todo o acordo, que tem como objectivo que as violações não se repitam, e não se repitam de diferentes maneiras, pelo que objectiva: a) realmente acabar com o conflito, b) por meio das diferentes medidas de verdade, justiça e reparação, enquanto se sabe e se julga o que aconteceu, e c) a implementação dos diferentes acordos do resto da agenda.

Por conseguinte, interessa saber quem participa deste acordo. Neste ponto, participam os seguintes agentes: 1) as vítimas; 2) quem participou do conflito armado e causou danos, pessoas integrantes do grupo guerrilheiro que deixem as armas e que já tenham assinado o acordo de paz, e estejam comprometidas; 3) agentes do estado que no marco e durante o conflito armado cometeram delitos; 4) terceiros civis que tenham participado de maneira indireta na guerra, seja por meio de financiamento ou colaboração com este grupo; e 5) ex-combatentes que já estejam acolhidos na lei de desmobilização¹⁶.

As medidas para a reparação integral para a construção da paz pretendem: 1) primeiros atos de reconhecimento de responsabilidades; 2) quem causou danos deve ajudar a reparar; 3) fortalecimento de reparação coletiva, retorno das vítimas aos seus

¹⁶ “La presente ley tiene por objeto contribuir al logro de la paz perdurable, la satisfacción de las garantías de verdad, justicia y reparación, dentro del marco de justicia transicional, en relación con la conducta de los desmovilizados de los grupos armados organizados al margen de la ley, que hubieran incurrido únicamente en los delitos de concierto para delinquir simple o agravado, utilización ilegal de uniformes e insignias, utilización ilícita de equipos transmisores o receptores, y porte ilegal de armas de fuego o municiones de uso privativo de las Fuerzas Armadas o de defensa personal, como consecuencia de su pertenencia a dichos grupos, así como también, promover la reintegración de los mismos a la sociedad.” (Objeto de la ley. Ley 1424 de 2010)

lugares e às suas terras, restituição de terras e atenção psicossocial. Pretende-se, nesta medida, adicionar a Lei de Vítimas e Restituição de Terras, sendo estas as encarregadas de revisar as prioridades para que se valide o mecanismo.

Em resumo, o acordo consiste em: 1) satisfazer os direitos das vítimas; 2) garantir o esclarecimento do que aconteceu; 3) fazer justiça para condenar e entender que o que sucedeu nunca deveria ter acontecido; 4) reparar as vítimas para que possam reconstruir os seus projetos de vida; 5) que nunca se repitam as violações e que nunca mais ninguém seja uma vítima; e finalmente 6) que a população colombiana possa conviver pacificamente nas comunidades e construir um melhor país.

O êxito deste quinto ponto dos acordos depende de: 1) que todos conheçam, se apropriem e participem na implementação do mesmo; 2) que as vítimas expliquem, nas suas comunidades, o acordo e ajudem na verificação de que o que se acordou se cumpra; 3) participar na sua implementação por meio das diferentes instâncias de participação nos diferentes mecanismos e medidas, além do fato de que toda a sociedade colombiana se ponha no lugar das vítimas e reconheça o que aconteceu, para que assim, entre todos, se consiga construir a paz nos territórios.

3.6. Análise paralela com outros casos de Acordos de Paz

Devido ao mestrado que estou a realizar, a Dra. Luz Stella Páez, minha coordenadora de estágio, decidiu que eu me encarregasse do quinto ponto dos acordos: “Acuerdo sobre las víctimas, sistema integral de verdade, justicia, reparación y no repetición, y compromiso sobre derechos humanos” assinado no dia 15 de dezembro de 2015, ou seja, de entender a parte dos Acordos de Paz que diz respeito ao processo da reparação das vítimas do conflito armado, mais especificamente os deslocados devido à violência.

Após ler e entender o acordo que foi explicado anteriormente, decidi comparar um paralelo entre o acordo de paz da Colômbia, na parte referente às vítimas, e dois

casos de acordos referentes às vítimas de países de outras partes do mundo. Com isto, pretendo expôr um caso de sucesso sobre o mesmo e um de insucesso, com o fim de demonstrar porque o acordo de vítimas que o governo colombiano assinou com as FARC-EP é o melhor feito até hoje e como é que as vítimas deslocadas pela violência vão conseguir ser reparadas durante o período de pós-conflito, no qual vai entrar a Colômbia.

Relativamente ao caso de sucesso sobre acordo de paz em vítimas, centrar-me-ei no caso da África do Sul, paradigmático na capacidade de reparação das vítimas.

Segundo a Universidad Militar Nueva Granada (AAVV, 2013b), o apartheid¹⁷ teve a sua origem em 1662 quando os primeiros europeus chegaram a África e com eles levaram o preconceito sobre a superioridade do branco sob os nativos africanos, que se prolongou por mais de 300 anos. Isto roubou a dignidade afro e criou uma lógica na qual o outro, por ser de cor que não branca, era sempre inferior e diferente. O regime do apartheid, referente ao século XX, prolongou-se por quarenta anos, gerando dois tipos de sociedades completamente diferentes e muito hierarquizadas dentro de uma mesma nação, no qual o discurso predominantemente legitimador sempre foi o da superioridade evolutiva e de inteligência do branco sobre o negro, para dirigir um país.

Em 1965 o CNA – Congresso Nacional Africano – conseguiu realizar o Congresso do Povo, reunião na qual se estabeleceram os objetivos da luta contra o Apartheid. A carta de libertação tinha em si os princípios fundamentais do movimento

¹⁷ “El apartheid fue un legado del colonialismo británico que tomó forma jurídica en 1948, con la llegada al gobierno del Partido Nacional (pn). Se constituyó como un sistema de segregación racial, que sirvió de marco legal para la dominación blanca sobre las otras razas en Sudáfrica. Bajo esta política, el gobierno clasificó la población en cuatro grupos raciales: negros, blancos, indios y colorados. Se establecieron áreas segregadas que comprendían playas, buses, hospitales, escuelas, bancos y parques, entre otros. Los servicios básicos fueron brindados según la raza, y eran superiores los destinados a la población blanca.” http://www.acnur.org/t3/uploads/pics/1720_2.pdf?view=1

de libertação: 1) O povo deve governar; 2) A terra deve pertencer a quem a trabalha; 3) Deve existir trabalho e segurança; 4) Deve existir direito à habitação, ou seja, vivenda digna e conforto; e 5) O povo deve partilhar as riquezas do país. A luta pela libertação manteve este mandato por meio da mobilização, a resistência popular e a luta armada por quase metade de um século de repressão, proibição, cadeias e mortes ocasionadas pelo Apartheid.

Segundo a Escola de Cultura de Pau (AAVV, 2010a) - Escola de Cultura de Paz - que faz parte da Universidade de Barcelona criada pela UNESCO, no final dos anos oitenta a África do Sul vivia com um grande problema de governabilidade - económico, político, cultural e social. Existia, ainda, uma grande pressão internacional sobre as políticas do Apartheid pois representava um assunto quase insustentável e bastante questionável. A junção de todos estes aspetos levaram a que, no final dos anos oitenta, o presidente Frederick W. De Klerk, nomeado pouco tempo antes, desse abertura a negociações secretas com Nelson Mandela, que foi libertado em 1990 após uma condenação de cadeia perpétua, mas que à data tinha cumprido 27 anos de prisão. Deu-se, assim, início formal aos diálogos com o governo, tendo o presidente De Klerk anunciado um congresso de paz, para depois formar uma Comissão Facilitadora Civil e uma Convenção Nacional de Paz, e a abolição das leis discriminatórias e levantamento da proibição sobre os partidos da oposição. Assim, iniciou-se, de 1991 até 1994, um processo que levou, por um lado, ao Acordo Nacional de Paz, como uma ferramenta de participação cidadã, e por outro lado, à Conferência para uma África do Sul Democrática - CODESA - que foi composta por cinco grupos de trabalho. Promoveu, ainda, o processo de Negociação Multipartidário - PNP - que servia como mecanismo de negociação formal entre o Governo e os partidos políticos, incluindo o CNA.

Segundo a Universidade Militar Nueva Granada (AAVV, 2013b), o Acordo Nacional de Paz foi concebido pelo princípio de ampla participação cidadã e foi operado por duas estruturas: 1) Uma Comissão Nacional de Paz, formada por 60 pessoas, e um Secretariado Nacional de Paz composto por 7 pessoas; e 2) Estruturas

regionais e locais, estando as locais formadas por 11 comissões regionais de paz com representantes e grupos políticos, empresários, polícia, sindicatos, autoridades locais, comissões locais e outros setores; e as locais formadas por 260 Comissões Locais de Paz, que refletiam a composição de cada comunidade e respondiam às Comissões Regionais. Instituíram-se, também, 15.000 monitores de paz. Esta estrutura cívica foi encarregada, durante três anos, dos temas da agenda da negociação, até que em 1994, na celebração das eleições gerais com a vitória de Nelson Mandela e a instauração de um governo de transição, se deu origem à Assembleia Constituinte e à formação de uma Comissão para a Verdade e a Reconciliação, as quais operaram até 1999.

Em dezembro de 1996, foi aprovada a nova constituição, dando origem à nova África do Sul do século XXI, um país cheio de desafios, mas livre do Apartheid. O processo de paz da África do Sul teve uma duração de cinco anos, sendo um processo de paz que, segundo várias fontes, tem dado ao mundo um modelo participativo com uma experiência sem comparação de reconciliação, no qual o perdão veio associado ao esclarecimento da verdade. Este processo de paz da África do Sul teve dois elementos significativos, o processo de verdade e o processo de reconciliação. O novo governo estabeleceu uma Comissão da Verdade e da Reconciliação – CVR - deixando de existir a tensão permanente entre a verdade e a justiça, e dando a possibilidade de reparar as vítimas.

“La Comisión de la Verdad y la Reconciliación de Sudáfrica se centró esencialmente en las víctimas. Desde el inicio, mucho antes de que empezara sus labores, muchos habíamos puesto el énfasis en la consulta. [...]Realizamos audiencias públicas por todo el país. Antes de visitar un pueblo o una ciudad enviábamos a miembros del equipo para anunciarle a la población, a las víctimas y a sus familias, que la Comisión llegaría a la zona. La idea era invitar de manera directa a todos para que hicieran parte activa de las audiencias. Miles de personas aceptaron la invitación y se entrevistaron con los integrantes del equipo, quienes las escuchábamos con detalle y respeto. [...]En total, escuchamos a más de 22 mil víctimas, de las cuales más de 2 mil participaron en las audiencias públicas, y aproximadamente 7 mil victimarios. Dado

que estas audiencias eran abiertas, las historias de las víctimas se veían en la televisión, se escuchaban por la radio y se leían en la prensa. De este modo, la Comisión se convirtió en una auténtica experiencia para toda Sudáfrica y no para un solo lugar o exclusivamente para los comisionados y las víctimas.”(Boraine, 2006)

Estima-se que o conflito armado da África do Sul deixou aproximadamente 22.000 vítimas, segundo valores do CVR. Após os inquéritos realizados às vítimas sobre quais eram os meios de reparação que procuravam, estas responderam que sentiam necessidade de reparações monetárias e simbólicas. No entanto, a mais importante era o esclarecimento da verdade, pelo que a missão da Comissão foi de que os que cometeram os crimes revelassem todos os detalhes dos seus actos em audiências públicas, à frente das suas vítimas em troca de amnistias. Caso se comprovasse que não tinham declarado com verdade, ou seja, que haviam mentido, seriam julgados e processados como criminosos de guerra. Às vítimas foram entregues algumas quantidades monetárias e a grande maioria são beneficiárias das leis de restituição de terras, estimando-se que mais de 90% desta população já foi reparada.

“Existió un pago único de 3.750 dólares a víctimas incluídas en el informe de la Comisión (22.000 víctimas) en 2003. Para casos de urgencia, se entregaron reparaciones inmediatas en 2001 a través del Fondo del Presidente. Se creó una ley para restitución de tierras. A 2009 se habían recibido casi 80.000 demandas y 90 por ciento habían sido resueltas.” (Revista Semana, 2011)

Já no que diz respeito ao caso de insucesso sobre acordos de paz em vítimas, analisarei o caso da Guatemala, que não ofereceu a desejada reparação às vítimas.

O conflito armado interno na Guatemala foi um conflito bélico que ocorreu entre 1960 e 1996, causando um grande impacto no país em termos económicos, políticos e sociais. O conflito começou após um golpe de estado falhado contra Miguel Ydígoras Fuentes, ainda que este acontecimento tenha apenas sido o último de uma cadeia de eventos que ocorreram na sociedade guatemalteca após a sua

independência em 1821. O primeiro grupo armado guerrilheiro foi criado em 1962 chamado Movimiento Revolucionario 13 de Noviembre. Depois, a 7 de fevereiro de 1982, foi fundado o conhecido grupo guerrilheiro Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca – URNG - que foi o resultado da coordenação dos quatro grupos guerrilheiros mais importantes da Guatemala – Ejército Guerrillero de los Pobres (EGP), Organización del Pueblo en Armas (ORPA), Fuerzas Armadas Rebeldes (FAR) e Partido Guatemalteco del Trabajo (PGT). Este grupo armado apresentou um avanço na luta revolucionária no início de 1980, tendo uma maior presença nas populações caracterizadas pela pobreza e a marginalização.

Segundo a Escola de Cultura de Pau (AAVV, 2010b), em 1983 a Colômbia, o México, o Panamá e a Venezuela criaram o Grupo de Contadora, com o propósito de ajudar a estimular mudanças democráticas na região da América Central, para conseguir gerar uma pressão democrática a favor da paz nesta área do globo. Após vários anos de ditadura militar na Guatemala, foi em 1985 que as eleições presidenciais foram ganhas por um civil e não um militar, sendo Vinicio Cerezo quem no seu mandato deu os primeiros passos de diálogo com o grupo guerrilheiro. Em 1987, criou-se a Comissão de Reconciliação Nacional que foi um dos órgãos encarregue de que a paz chegasse a este país. Em 1989, foi convocado o Grande Diálogo Nacional e no ano seguinte realizaram-se, em várias cidades do mundo, reuniões entre o grupo guerrilheiro e o governo guatemalteco. Estas reuniões foram fundamentais para que, em 1991, se iniciassem as negociações diretas entre o governo da Guatemala e o grupo guerrilheiro. O novo presidente, Jorge Serrano Elías, conseguiu que no mês de abril desse ano se assinasse uma agenda com onze pontos a tratar entre o governo e o grupo armado à margem da lei, estando entre eles o fortalecimento da sociedade civil e a função do exército, os povos indígenas, a reforma constitucional e o regime eleitoral, o reassentamento da população deslocada¹⁸ - o

¹⁸ “Reiterando su compromiso de poner fin al enfrentamiento armado mediante un proceso de negociación que establezca las bases de una paz firme y duradera en Guatemala; Considerando la dimensión traumática nacional que asumió el desarraigo durante el enfrentamiento armado en el país, en sus componentes humano, cultural, material, psicológico, económico, político y social, que ocasionó violaciones a los derechos humanos y grandes sufrimientos para las comunidades

mais importante para este relatório -, as condições socioeconômicas e a reforma agrária. Finalmente, em 1996, durante a presidência de Álvaro Arzú Irigoyen, após várias reuniões e intervenções internacionais, assinou-se o acordo final que pôs fim ao conflito armado de 36 anos. É importante salientar que este acordo se assinou sem que houvesse um cessar de fogo de ambas as partes.

Segundo o Alto Comissariado para a Paz na Colômbia (AAVV, 2014), o acordo de Guatemala teve vários fatores a favor, como por exemplo a criação de uma comissão para o esclarecimento histórico da verdade e a lei de reassentamento da população deslocada, mas não houve garantias de justiça. Mesmo assim, e segundo a Escola de Cultura de Pau (AAVV, 2010a), “En 1996, finalmente, se firmó el acuerdo

que se vieron forzadas a abandonar sus hogares y formas de vida, así como para aquellas poblaciones que permanecieron en dichas áreas;

Considerando el compromiso del Gobierno de Guatemala y de la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca de contribuir constructivamente, junto con el resto de la sociedad guatemalteca a trabajar por una solución duradera y facilitar el proceso de reasentamiento de la población desarraigada, en un marco de justicia social, democratización y desarrollo nacional sostenible, sustentable y equitativo;

Considerando que el reasentamiento de estas poblaciones desarraigadas debe constituir un factor dinámico del desarrollo económico, social, político y cultural del país y, por consiguiente, un componente importante de una paz firme y duradera;

Reconociendo el papel indispensable de la participación de las poblaciones afectadas en la toma de decisiones relativas al diseño y ejecución de una estrategia efectiva de reasentamiento;

Teniendo en cuenta los planteamientos y propuestas de consenso elaboradas sobre este tema por la Asamblea de la Sociedad Civil, que incluye las demandas específicas de las organizaciones representativas de los distintos grupos de desarraigados; El Gobierno de Guatemala y la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (en adelante "las Partes") acuerdan:

I. DEFINICIONES, PRINCIPIOS Y OBJETIVOS DE UNA ESTRATEGIA GLOBAL DE REASENTAMIENTO DE LAS POBLACIONES DESARRAIGADAS POR EL ENFRENTAMIENTO ARMADO

Definiciones:

1. Para los propósitos del presente Acuerdo, se agrupa dentro del término "población desarraigada" al conjunto de las personas que, desarraigadas por motivos vinculados con el enfrentamiento armado, viven en Guatemala o en el exterior e incluyen, en particular, los refugiados, los retornados y los desplazados internos, tanto dispersos como agrupados, incluyendo las Comunidades de Población en Resistencia.

2. Se entiende por reasentamiento el proceso legal de retorno, ubicación e integración de las poblaciones y personas desarraigadas en su lugar de origen u otro de su elección en el territorio guatemalteco, de conformidad con la Constitución Política de la República de Guatemala.” (Secretaría de la Paz, Gobierno de Guatemala. “Acuerdo para el Reasentamiento de las Poblaciones Desarraigadas por el Enfrentamiento Armado” - AAVV (1994, 17 de Junho). Acuerdo para el Reasentamiento de las Poblaciones Desarraigadas por el Enfrentamiento Armado. Oslo Noruega. Secretaría para la Paz, Gobierno de Guatemala. Disponível em <http://sepaz.gob.gt/sitio/index.php/3-acuerdo-para-el-reasentamiento-de-las-poblaciones-desarraigadas-por-el-enfrentamiento-armado>. Consultado a 24 de Junho de 2016.

final de paz que puso fin a 36 años de conflicto armado. Constó de 13 acuerdos y 300 compromisos, que no se llegaron a cumplir en su totalidad, en parte porque eran demasiado ambiciosos y en parte porque se perdió un referéndum de 1999 que tenía que ratificar algunos. Guatemala es, pues, un proceso criticado por considerarse con excesivas aspiraciones, poniendo sobre la mesa el dilema de si es mejor un acuerdo menos ambicioso pero realista, o lo contrario”. Por outro lado, segundo Restrepo (2015), a implementação dos acordos tem sido bastante complexa e, 19 anos após a assinatura do acordo de paz, os pontos do mesmo não têm sido desenvolvidos na sua totalidade, estimando-se que 95% do acordo de paz não se cumpriu, porque a Guatemala não teve nem a institucionalidade, nem os recursos, nem a vontade política suficiente para os cumprir.

“El proceso ha sido muy deficiente. Hay mucha corrupción y la institucionalidad es muy débil. En el caso de quienes pertenecieron a las Patrullas de Autodefensa Civil (conocidas como PAC), se les dio plata y trabajo, y reforestaron gran parte del país. Quienes han logrado demostrar que fueron víctimas, recibieron por ley 2500 dólares. Pero se generó una perversión de los mecanismos de reparación, y algunas organizaciones se aprovecharon de esa lógica y se volvieron intermediarias. Todo se hizo a través del Programa Nacional de Resarcimiento, todavía vigente, pero el actual gobierno lo está liquidando, está negando las reparaciones. [...] Buena parte de las tierras que tenían los mayas en las áreas de conflicto armado no tenían títulos. Por la guerra, muchas comunidades huyen hacia México, y dejan abandonadas sus fincas y las PAC y el Ejército se apropian de ellas. Cuando se firman los acuerdos y se exige el retorno, encuentran sus tierras ocupadas. Naciones Unidas y el gobierno crearon centros de justicia para ayudarle a la población con sus demandas, y la gente pensaba que esos centros se iban a encargar de devolverles su tierra. Pero no fue así. Esas tierras abandonadas ahora están tituladas a quienes hicieron parte de las PAC y a miembros del Ejército. En algunos casos, el gobierno ha comprado fincas en sectores distantes de los que poseían, y en otros casos los ha dejado a su suerte.”

Estima-se que o conflito interno da Guatemala deixou 250.000 vítimas. A Comissão para o Esclarecimento Histórico fez uma recomendação de medidas gerais de indemnização, instituindo também um dia anual para relembrar as vítimas, exumações e criação de monumentos, mas poucas destas medidas se cumpriram. Em 2004, o presidente Óscar Berger lançou o Programa Nacional de Ressarcimento (PNR), sendo que em sete anos só se repararam 30.000 vítimas e as exumações continuam.¹⁹ Por conseguinte, pode concluir-se que, infelizmente, neste caso não houve reparação das vítimas depois da assinatura dos acordos. Além de se negarem as reparações, não houve reparação de terras aos deslocados.

3.7. Comparação dos casos anteriores com o caso colombiano

Tendo em conta os dois exemplos expostos anteriormente, realizei uma análise paralela para tentar compreender o que poderá acontecer com o caso colombiano. Esta análise foi apresentada por mim ao Corporación Comité Minero Energético de Seguridad y Derechos Humanos (CME) nas reuniões de formação do mapeamento para construir a parte do ponto das vítimas. Apesar desta análise ser feita numa visão hipotética de um caso que está agora a começar, quis fazê-la com o objectivo de ter argumentos, baseados em fatos, para explicar porque o caso colombiano será um caso de sucesso relativamente a um aspecto determinante, como a reparação das vítimas.

Segundo Filipe (CIARI, 2004. 6):

“Nas sociedades de transição democrática ou pós-conflito, as principais opções que se colocam ao regime sucessor para lidar com o legado de violência e o passado dependem, então, das condições em que se encontra e do valor que coloca em cada uma daquelas energias sociais. Então quais as

¹⁹ “Un mundo en deuda con las víctimas”. Revista Semana. 28 de Maio de 2011. <http://www.semana.com/nacion/articulo/un-mundo-deuda-victimas/240498-3> Acedido em Junho 22, 2016.

formas de lidar com o passado? Aqui colocam-se dois paradigmas essenciais: a fórmula do esquecimento ou o reconhecimento do passado. A primeira fórmula passa pela escolha da amnésia que se pode traduzir em amnistias branqueadoras, isto é, na institucionalização do perdão. A amnésia será sempre limitada e surge aos olhos das vítimas como uma consagração da impunidade. A ideia de que a necessidade de transição não é compatível com uma exposição pública e oficial da verdade, avança contra a necessidade de reconhecer a verdade perante a população, efetivamente afectada pelo conflito. A segunda fórmula passa, justamente, pelo oposto: o conhecimento da verdade e o reconhecimento do passado. Neste caso estão à disposição vários modelos de reconciliação: os tribunais, as comissões de verdade e reconciliação e as práticas tradicionais locais.”

Por conseguinte, pode esperar-se que a fórmula a aplicar na Colômbia seja a segunda, uma vez que, segundo o Alto Comissariado para a Paz na Colômbia (AAVV, 2016c), no seu texto sobre o Acordo das Vítimas do Conflito: “Nunca antes en el mundo, como resultado de una negociación de paz, se había creado a través de un acuerdo un Sistema Integral que incluyera mecanismos judiciales y extra-judiciales para lograr la máxima satisfacción posible de los derechos de las víctimas a la verdad, la justicia, la reparación y la no repetición.” Trata-se do único acordo feito até agora que, desde o seu início até a criação do acordo geral e assinatura do fim da guerra, tem tido como centro e eixo principal e transversal a todos os pontos o ressarcimento das vítimas do conflito armado. Muitos acordos de paz no mundo acabaram sem que houvesse um mecanismo de investigação que tivesse como objetivo esclarecer a verdade sobre o que aconteceu, nem garantias de justiça que implicassem diretamente as partes. Exemplos disto são o Líbano, Madagascar, Angola, Afeganistão, Bósnia, Nigéria, Mali ou Ucrânia. Outros países acabaram conflitos com acordos que criaram um mecanismo de investigação para esclarecer a verdade, mas não houve garantias de justiça. Foi o caso de países como El Salvador, Guatemala, Haiti, Irlanda do Norte, Nepal, Burundi e Kenia. Este aspecto é contrário ao que acontece na Colômbia, uma vez que o acordo de vítimas assinado entre o Governo Nacional e as FARC-EP tem tanto mecanismos de investigação e verdade, como garantias de justiça

com aplicação direta às partes. Segundo Goebertuz (2015) “Ese aspecto es inédito del acuerdo colombiano. Acá las dos partes - sin mediación ni arbitraje de otros actores - acordaron unos mecanismos de investigación y verdad, un tribunal y unas sanciones correspondientes que se aplicarán directamente a ellas mismas. No existe ningún antecedente paralelo en la historia de las negociaciones de paz en el mundo.”

Posto isto, conclui-se que, mesmo que o acordo do caso colombiano seja bastante ambicioso, se o mesmo tiver em conta estes aspectos fundamentais sobre os quais foi gizado e que se acabam de referir, irá tratar-se de um caso de grande sucesso para a reparação das mais de 7.902.000 vítimas do conflito armado: “En reconocimiento de esta tragedia nacional se acordó que el resarcimiento de las víctimas debería estar en el centro de cualquier acuerdo y se incluyó en la agenda para la terminación del conflicto un punto sobre las Víctimas.”²⁰

4. O Comité Mineiro Energético e o Mapeamento OIR

O CME Colômbia – Corporación Comité Minero Energético de Seguridad y Derechos Humanos - é a instituição na qual estagiei e que tem como objetivo promover e desenvolver em todas as regiões do país os “Principios Voluntarios en Seguridad y Derechos Humanos”, para que as práticas e processos que dia-a-dia desenvolvem as empresas, mais especificamente as da área de segurança, tanto do setor privado como público, cumpram esses critérios e não imponham a lei pelas suas mãos. Esta estratégia tem como objetivo preservar e manter o respeito e bem-estar das populações, impedindo que se violem os seus direitos fundamentais. Criado em 2003, o CME é um espaço onde se é possível conjugar vários atores: empresas,

²⁰ AAVV (2016c). “Proceso de Paz. Acuerdo sobre las Víctimas del Conflicto”. La Oficina del Alto Comisionado para La Paz.

<http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/Prensa/Comunicados/Documents/2016/proceso-paz-colombia-cartilla-acuerdo-victimas.pdf> Acedido em Junho 9, 2016.

governo e organizações da sociedade civil, com o fim de dialogar sobre temas conjunturais e fundamentais para o país.

Mais especificamente, o Comité Minero Energético de Seguridad y Derechos Humanos é um espaço de estudo, reflexão e recomendações para melhorar o desempenho do sector e as instituições do Estado colombiano, no respeito dos direitos relativos aos temas de segurança pública e privada. É um fórum permanente para discutir questões complexas que afetam significativamente o trabalho das empresas associadas e tem por objetivo promover o diálogo entre governo e indústria. Cada uma das empresas, instituições governamentais, embaixadas e organizações da sociedade civil envolvidas em reuniões CME contribuem com ideias e fazem distintas reflexões que acabam na promoção e troca constante de boas práticas e lições aprendidas. As entidades que integram o CME, ao estarem agrupadas e a dialogar em bloco com o governo e outras entidades, facilitam a identificação de soluções para vários desafios. Esta iniciativa ajuda a fortalecer as práticas de direitos humanos relacionadas com a segurança dos seus membros, a reforçar as suas relações com os outros através de um constante diálogo e a gerir a sua relação com as forças de segurança e empresas de segurança privada, uma vez que o ambiente em que as empresas operam é complexo.²¹

Para entender o que é o Mapeamento OIR é fundamental entender as razões da sua criação. O CME, depois do dia 23 de setembro de 2015, dia em que foi anunciada a possibilidade de assinatura de um tratado de paz entre o Governo colombiano e as FARC-EP, decidiu fazer um mapeamento das oportunidades, impactos e riscos (OIR) que a assinatura dos acordos poderia trazer para os atores que formam o Comité. Desta maneira criou-se um exercício que consiste num mapeamento, em construção constante, , para ser usado como ferramenta pelas partes que formam o CME e que tem as vítimas do conflito armado, isto é, os deslocados pela violência, como eixo principal de análise, além de outros aspetos como segurança, território e outros.

²¹ <http://cmecolombia.co/> Accessed Maio 15, 2015.

Como resultado de uma análise conjunta sobre o processo de negociação do governo nacional com as FARC-EP e acordos parciais que já foram alcançados e publicados pela equipa de negociação em Havana, é importante entender que esta primeira versão do mapeamento acabou o seu processo de análise em fevereiro de 2016, momento em que só tinham sido assinados quatro acordos. Os membros do CME têm realizado um exercício de avaliação sobre oportunidades, impactos e riscos, em segurança e direitos humanos, que a eventual aplicação de um acordo para o fim do conflito com as FARC causaria ao sector.

Esta análise perspectiva que o CME apresentou durante o evento "El sector minero" (evento explicado mais adiante) é uma reflexão inicial sobre as mudanças que foram identificadas para o sector mineiro-energético, em relação às condições institucionais, sociais, territoriais, de segurança e justiça, como parte da implementação dos acordos.

A intenção deste trabalho é contribuir para a compreensão do âmbito e alcance dos acordos para os diferentes atores empresariais do sector mineiro-energético. Deste modo, podem antecipar um cenário viável para o pós-conflito que o país vai atravessar, o que pode ajudar ao estabelecimento de uma paz sustentável e duradoura. O exercício tem como objetivo facilitar a formulação de perguntas e respostas para o diálogo conjunto e contribuir para a tomada de decisões práticas que os atores devem adotar, identificando as capacidades que devem ser desenvolvidas para enfrentar cenários de pós-conflito. Recolhe os pontos de vista das empresas, do governo, das organizações da sociedade civil e das associações empresariais e gremiais que participam no CME .

Esta reflexão irá contribuir para o propósito do governo de avançar na construção da paz territorial e fortalecer as relações entre as empresas, o Estado e as comunidades, num quadro de respeito pelos direitos humanos e gerando boas práticas em contextos mais seguros.

Embora a identificação das oportunidades, riscos e impactos da implementação dos acordos de paz no pós-conflito estejam orientadas especificamente para o sector mineiro-energético, dificilmente poderia ignorar as dinâmicas e as transformações que são transversais a outros sectores económicos, tais como a chegada de novos atores à vida política nacional e regional.

4.1. Metodologia de análise do Mapeamento OIR

O mapeamento foi realizado através de diferentes sessões de trabalho com a participação de empresas, agências governamentais e organizações da sociedade civil que compõem o CME. A construção do mapeamento foi o resultado de consenso dos participantes e foram adotadas as seguintes definições:

1. Situação: fato ou realidade que surge como resultado dos acordos e tem um impacto sobre o sector mineiro-energético.
2. Oportunidade: a possibilidade de que algo positivo aconteça.
3. Risco : a possibilidade de que algo negativo aconteça.
4. Impacto: a materialização de um risco ou uma oportunidade. Os impactos são positivos, se são a materialização de uma oportunidade, ou negativo, se a materialização de um risco.

4.2. Resumo do mapeamento

A análise realizada pelo CME permite identificar quatro aspectos principais que recolhem 16 situações que possivelmente irão afetar as dinâmicas das operações do setor mineiro-energético no território.

4.2.1. A mudança no relacionamento com autoridades locais e as comunidades

Os acordos de paz, com foco na construção de um diálogo social democrático e uma maior presença do Estado e das instituições no território, vão mover parte do processo de tomada de decisão e gestão para as comunidades, os movimentos sociais e as autoridades regionais, departamentais e municípios da Colômbia.

A. Um aumento na presença do Estado

Os acordos parciais a que chegaram os negociadores em Havana vislumbram que o aumento da presença do Estado em áreas e territórios rurais com o conflito será a pedra angular do pós-conflito. Isto é esperado especialmente nas áreas onde a agitação tem sido maior, que justificam esforços adicionais, como tem sido proposto pelo governo nos seus planos de resposta rápida (PRR), que são um mecanismo ágil para desenvolver, com recursos do Estado, pequenos projetos e ações que dão resposta às necessidades e aos interesses prioritários estabelecidos pelas comunidades nos territórios previamente focados pela Política Nacional de Consolidação e Reconstrução Territorial.

O aumento da presença do Estado nas áreas de atuação da indústria mineiro-energética vai, sem dúvida, gerar estabilidade para as empresas e deverá conduzir a um ambiente mais seguro e previsível para as suas operações. O esforço de fortalecimento das instituições permitirá um melhor acompanhamento das autoridades e mediação nas relações da indústria com as comunidades. Mesmo assim, o risco de fracasso das expectativas geradas pelo Estado implicaria custos significativos que podem ser transferidos para as empresas.

B. Uma mudança na arquitetura institucional

A implementação dos acordos exigirá esforços institucionais especiais que farão com que as regiões sofram modificações na sua arquitetura institucional. Espera-se que as empresas do sector mineiro-energético se relacionem com novas e múltiplas instâncias, comissões e entidades. Isso implicará, por um lado, a capacitação das autoridades e agências locais e, por outro, um novo planeamento do relacionamento das empresas com as autoridades e os movimentos e organizações sociais nas áreas de influência dos projetos.

A transição prevista para um novo modelo de gestão pública e privada, com o consequente ajustamento das medidas normativas, vai modificar o entorno jurídico gerando uma possível insegurança e desgaste administrativo para a dispersão de competências, sobretudo na fase inicial do período conhecido como pós-conflito. Perspectiva-se o desafio, para as empresas, de elevar uma liderança institucional eficaz para a ação e permitir a transferência de conhecimentos e melhores práticas, assim como o trabalho empresarial conjunto nas regiões.

Esta nova dinâmica implica um potencial aumento de custos e tempo na gestão de projetos. A possível politização de algumas decisões técnicas podem afetar a viabilidade dos projetos e desencorajar o investimento. Mesmo assim, esta reorganização institucional do território também representa a possibilidade de construção de novos acordos locais que legitimam e reconhecem a gestão das empresas no território e o valor do investimento nas regiões. Uma boa gestão e qualidade deste relacionamento produz, ou não, uma melhor aceitação dos projetos por parte dos vários atores que se encontram nos territórios onde se desenvolvem os projetos levados à ação pelo sector mineiro-energético.

C. Uma sociedade civil com poder

O compromisso com o aprofundamento da participação democrática que emerge do acordo vai gerar novas dinâmicas sociais. Os processos políticos e sociais mais participativos vão impor uma nova abordagem das relações com as comunidades e com umas organizações sociais mais capacitadas. Assim, tanto as indústrias como o Estado vão ter que criar espaços de diálogo que respondam às novas e crescentes expectativas e novos atores sociais.

Todo este conjunto de atores para a construção da paz e requerentes de direitos, irá gerar uma situação que é benéfica, mas que pode causar potenciais tensões com instâncias de poder e diálogo cívico já estabelecidas, bem como

dificuldades para a relação de empresas com uma sociedade civil com várias representações.

Além disso, esperam-se novas e maiores exigências de ordem económica, decorrentes dos territórios, a instituições locais e nacionais, caracterizados pela lentidão e difícil eficácia na gestão e restrições orçamentais. Estes seriam, ao mesmo tempo, requisitos mais elevados para as empresas em papéis do Estado, arriscando a estabilidade dos projetos e, em alguns casos, a viabilidade das operações.

4.2.2. Uma visão diferente da terra e seus usos

A. Propriedade e acesso à terra

O primeiro ponto do acordo, dedicado ao desenvolvimento rural, sugere que o acesso à terra e ao uso da mesma, fator que tem contribuído para o conflito armado desde há 50 anos, será outra das modificações importantes no cenário pós-conflito. As regras de acesso à terra, os processos de restituição às vítimas do conflito, a atualização cadastral, a regularização de títulos e modificações feitas para o uso da terra, podem gerar tensões políticas e sociais nas regiões em que atuam empresas mineiro-energéticas. Estas novas regras vão testar a capacidade das autoridades e empresas para resolver as questões de direitos, posse e uso da terra.

B. A gestão das terras e a autoridade ambiental

A proliferação de iniciativas de referendo sobre projetos produtivos do sector, nos processos de tomada de decisão de recursos não-renováveis, tem representado para a indústria uma etapa importante de incerteza sobre a sua capacidade de operacionalizar ou mesmo dar continuidade aos projetos. Além disso, na proposta de criação de planos de desenvolvimento da abordagem territorial (PDET) para a

construção da visão de desenvolvimento regional, indica-se que deverão ser os atores presentes nos territórios a determinar o potencial produtivo do solo.

Este novo modelo participativo pode abrir novos debates e conflitos sobre a presença do setor mineiro-energético e seus impactos sobre o meio ambiente natural. Além disso, a abordagem participativa e de comunidade para o planejamento do uso da terra pode levar a uma dispersão da autoridade ambiental e minar a natureza técnica do processo de tomada de decisão do ordenamento do território.

4.2.3. Um Novo Modelo de Segurança Pública

A eventual assinatura e implementação dos acordos em Havana tem certamente uma melhoria substancial na segurança, mas também levará a grandes mudanças no tipo de ameaças que as empresas do setor mineiro-energético vão enfrentar no território. O papel e vocação das forças de segurança nas regiões vão ser objeto de grandes transformações e os modelos de segurança das empresas do setor mineiro-energético devem considerar a possibilidade de reforçar as suas relações com estas.

A. A transformação de ameaças

A eventual desmobilização e entrega das armas pelas FARC vai gerar, com certeza, facções e opositores que podem migrar para o crime comum ou fortalecer grupos criminosos organizados já existentes. Como resultado, prevê-se a tendência para o aumento da extorsão e a permanência do sequestro e retenção, e até mesmo o surgimento de grupos neoparamilitares que irão desafiar o reforço das capacidades e estratégias das forças de segurança.

Além disso, um possível aumento da manifestação social pacífica, direito que os negociadores das FARC em Havana têm dado especial ênfase e que é plenamente

reconhecido pelas empresas do setor, requer uma atenção acrescida por parte das autoridades. Estas manifestações devem ser vistas como um direito exercido livremente dentro de um quadro de legitimidade e de segurança, desde que não acabem em manifestações violentas ou que sejam infiltradas e vulneradas por agentes violentos externos.

No entanto, no momento deste exercício, a incerteza sobre a permanência do grupo armado ilegal ELN²² e as suas ações contra a infraestrutura mineiro-energética vai poder ser reforçada por uma possível migração para esta organização, por parte daqueles que, dentro das FARC, se opõem à desmobilização e ao processo de paz. Além disso, as facções existentes do EPL²³ e as possíveis divisões organizadas das FARC que não apoiem o acordo, permitem entender que outras organizações insurgentes podem aumentar o seu recrutamento, alimentar o seu discurso político e recolher agitação e insatisfação social. Neste sentido, o trabalho das Forças Armadas e da Polícia dificilmente vai poder sair das suas capacidades e estratégias de defesa e segurança no território.

Adicionalmente, é importante mencionar a permanência de algumas ameaças à segurança e à emergência de novos desafios decorrentes de outras atividades económicas ilegais, como extorsão, a exploração mineira criminosa, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e contrabando, que afetam as operações do setor mineiro-energético no território e que dificilmente vão desaparecer no pós-conflito.

B. Um novo relacionamento das Forças Públicas com o sector empresarial

A relação entre a Força Pública e as empresas ocorre de inúmeras maneiras. Os acordos de cooperação assinados com algumas empresas subscritas no Ministério da Defesa ou da Polícia Nacional têm um lugar privilegiado nesse relacionamento.

²² Ejército de Liberación Nacional de Colombia

²³ Ejército Popular de Liberación de Colombia

Uma mudança de foco e modelo de segurança pública antecipa uma mudança legal para proteger as operações das forças de segurança, em especial na aplicação do DIH.

A polícia deverá desempenhar um papel crescente na preservação da ordem e da segurança nos territórios no pós-conflito. Esta nova realidade, bem como a necessidade de atualizar a estratégia e os planos para a segurança pública, devem ver-se refletidos nos acordos de colaboração. Isto antecipa uma oportunidade para expandir o diálogo entre as empresas do sector mineiro-energético e a Força Pública, garantindo a convergência de análise de risco e aplicação de normas internacionais, como os Princípios Voluntários e os Princípios Orientadores das Nações Unidas para empresas e direitos humanos.

4.2.4. Verdade e Justiça

Grande parte dos esforços da mesa de negociações em Havana têm-se concentrado em questões relacionadas com o conflito no passado. As consequências dos problemas de segurança que o sector mineiro-energético tem enfrentado como uma derivação das ações de grupos ilegais serão analisados e investigados no contexto da vontade de esclarecer a verdade, a administração da justiça de transição, a garantia de não-repetição e reparação das vítimas.

A Jurisdição especial para a Paz não se limita aos sujeitos, mas centra-se sobre os fatos derivados do conflito. O processo de esclarecimento da verdade, justiça e reparação das vítimas, a ser realizado no âmbito da justiça transicional, inclui não só as Forças Públicas e a oposição armada, mas também todos os outros intervenientes no terreno que tenham sido testemunhas e/ou envolvidos nos eventos.

O sector mineiro-energético, na sua qualidade de ator social e económico nas zonas afectadas pelo conflito armado, será parte desses processos de verdade, de perdão e reconciliação. As suas contribuições e papel são essenciais na criação de um ponto de vista complementar e legítimo para olhar eventos passados e participar nos

processos formais e simbólicos de reconstruir a convivência com as comunidades no território.

4.3. Evento CME: “El sector minero energético: Seguridad y DDHH en el posconflicto”

Conforme mencionado anteriormente, esta análise prespectiva foi apresentada durante o evento “El Sector Minero Energético: Seguridad y Derechos Humanos en el posconflicto”, que serviu de antecâmara à Plenária Mundial de Princípios Voluntários. Como se explicou aquando da exposição do CME, uma das missões deste Comité é a promoção destes princípios, pelo que este evento teve um impacto relevante, tanto a nível nacional como internacional.

O objetivo foi apresentar a referida análise sobre as oportunidades, os impactos e os riscos em segurança e direitos humanos que o sector mineral-energético antecipou para a Colômbia, com base no fim do conflito armado com as FARC-EP. A Diretora Executiva do CME, a Dra. Luz Stella Páez, explicou as pautas que o sector mineral-energético propõe ao país para compreender os possíveis cenários do pós-conflito e ajudar a facilitar as mudanças no relacionamento do sector empresarial com a comunidade e a Força Pública, a partir dos novos desafios em segurança e direitos humanos.

O evento contou com a presença de convidados e palestrantes nacionais e internacionais, do cenário público e privado, e iniciou-se com discursos de grandes figuras, seguido de dois módulos: o primeiro sobre os riscos e o segundo sobre as oportunidades. O programa do evento encontra-se em anexo (Anexo 6).

Em consequência da enorme riqueza deste evento, constituíram-se memórias (registo escrito) sobre as exposições e as discussões que decorreram no mesmo²⁴. O CME decidiu fazer uma segunda versão do mapeamento OIR, além de uma nova versão

²⁴ AAVV (2016b). Memorias Evento CME. CME <http://cmecolombia.co/wp-content/uploads/2016/04/Memorias-Evento-CME.pdf>

de mapeamento para os acordos de paz com o ELN²⁵. Note-se que, devido ao fato do meu estágio no CME ter finalizado dia 1 de julho de 2016, não consegui fazer parte da criação completa de nenhum dos dois novos mapeamentos, sendo por isso que apenas a primeira versão deste se encontra trabalhada neste relatório.

A minha participação na realização deste evento pode ser dividida em três momentos diferentes: 1) de planeamento e preparação antes do evento, durante 3 meses; 2) de apoio durante os dias em que se deu o evento; 3) de criação de memórias relativas ao evento. Em todos os momentos, por parte das pessoas envolvidas no projeto, não só através da Dra. Luz Stella Paz, como dos colegas de trabalho e de alguns dos convidados do evento, foi reconhecido o meu interesse, disponibilidade e envolvimento permanente, capacidade de integração e pensamento crítico, assim como competências organizativas para levar a cabo as tarefas que me foram sendo propostas.

No período de planeamento, trabalhei em conjunto com a Junta Diretiva do CME na criação do mapeamento OIR, que serviu de base ao evento. Assisti às diferentes palestras que se realizaram relativamente aos acordos e participei nos diferentes grupos de trabalho que, em construção conjunta, criaram o mapeamento OIR. Por outro lado, ajudei na seleção dos palestrantes a convidar para expôr no Evento. A divisão do evento em dois módulos, com um primeiro foco nos riscos e um segundo nas oportunidades, deveu-se ao fato de esta ser a melhor forma para conseguir organizar as palestras de um ponto de vista prático, já que nesse momento ainda não se tinham firmado os acordos e se considerava importante perspectivar os aspectos negativos e positivos que poderiam sair dos mesmos. Adicionalmente, estive encarregue de fazer o contacto com todos os expositores e convidados do evento, tanto os participantes internacionais como os de carácter nacional. Também estive

²⁵ No dia 30 de março de 2016 o Governo colombiano anunciou ao país que os diálogos de paz com o ELN – Ejército de Liberación Nacional - vão começar, e adicionalmente afirmou que o ponto das vitimas será o mesmo que se criou no diálogo de paz com as FARC-EP.

<http://www.eltiempo.com/politica/proceso-de-paz/proceso-de-paz-con-eln-y-farc/16553155>

encarregue da organização logística do evento, como a escolha do local, os materiais necessários, os horários e os aspectos de comunicação e divulgação do evento.

Durante a sua realização, fui a pessoa responsável por gerir os temas que abordaram o quinto ponto dos acordos nos dois módulos da exposição dos palestrantes, uma vez que, aquando da produção do mapeamento, havia sido incumbida de fornecer a informação necessária para a análise deste ponto. De recordar que este ponto é o que trata sobre os deslocados e a reparação que estes acordos lhes oferecem após 50 anos de conflito armado no país.

Depois da realização do evento, estive encarregue da criação das suas memórias, com base nas apresentações e discussões proporcionadas, realizando um registo escrito, posteriormente publicado na Colômbia através da página do CME e internacionalmente através da iniciativa dos Princípios Voluntários de Segurança e Direitos Humanos.

5. A visão dos deslocados

5.1. O contexto e a Unidad Distrital de Atención a Víctimas del Conflicto Armado

Para dar maior substância empírica ao relatório e para compreender melhor a experiência dos deslocados pela violência do conflito armado colombiano, fizeram-se três entrevistas: a primeira a uma profissional em psicologia, que trabalha numa unidade distrital de apoio a vítimas do conflito, e a segunda e terceira a duas vítimas, com histórias de vida significativamente afetadas pela violência causada pelo conflito.

Estas entrevistas semi-estruturadas (ver Anexo 7) foram conseguidas através da rede de vítimas da Unidad Distrital de Atención a Víctimas del Conflicto Armado, com o apoio da profissional que foi, também, entrevistada para este trabalho, dada a sua grande experiência laboral nesta área.

A Unidad Distrital de Atención a Víctimas del Conflicto Armado, com vários pólos em Bogotá, foi criada na sequência da Lei 1448 de 2011 – Ley de Víctimas y Restitución de Tierras. Ao início, chamava-se “Dignificar”, tendo o seu nome mudado aquando da entrada do novo “Alcalde”, em 2016.

Através destas Unidades, o Distrito de Bogotá providencia uma rede institucional com vários pólos em atividade, do Distrito e da Nação, das entidades que têm responsabilidade sobre o restabelecimento dos direitos das vítimas, além do primeiro acompanhamento e acesoriamento que se faz às mesmas, em termos psicossociais, de saúde e jurídicos.²⁶

5.2. Entrevistas

5.2.1. Paola

Paola é uma mulher de 35 anos de idade, profissional na área de psicologia e que tem trabalhado na área de atenção a vítimas entre 2005 e 2010, tendo retomado o trabalho com esta população em fevereiro de 2016. Entre 2010 e 2016, exerceu a sua atividade laboral na ACR – Asociación Colombiana para la Reintegración - onde trabalhou com “reinsertados” dos grupos à margem da lei (ex-combatentes reinsertados na sociedade). Actualmente, encontra-se na Unidad Distrital de Atención a Víctimas del Conflicto Armado a apoiar as vítimas do conflito. Para isso, segue um programa instituído, cujas orientações metodológicas estão centradas nos atos que afetaram as vítimas. Estes atos são detectados na primeira sessão de atendimento à vítima – denominado como PAPSIVI –, que tem um âmbito de apoio individual, familiar e comunitário, exercido ao longo de oito sessões, com periodicidade semanal, através de profissionais de saúde física (enfermeiros), psicológica (psicólogos) e de auxílio social (assistentes sociais). Esta profissional considera que “[...] pues realmente ha sido muy difícil, muy difícil porque evidentemente unas afectaciones tan gigantes

²⁶ <http://www.victimabogota.gov.co/?q=centros-de-atencion-clav> Accessed Dezembro 15, 2016.

como las que traen las víctimas del conflicto no alcanzan a ser mermadas, mitigadas o transformadas, o resignificadas en tan sólo ocho sesiones [...]”. Paola não tem tido contato formal com os Acordos de Paz, mas tem contatado com estes, de modo informal, pela leitura pessoal dos acordos e através das percepções das vítimas que auxilia na sua atividade laboral. A través dos testemunhos afirma que:

“[...] las víctimas no están muy de acuerdo con lo que se esta haciendo. Eso va acompañado de un desconocimiento evidentemente de lo que se esta hablando y lo que esta escrito en los acuerdos, pero las victimas nos responden no sólo desde el conocimiento, si no, desde su sentir; y ese sentir uno no lo puede cuestionar porque evidentemente han sido las más afectadas en todo esto. Pero no, no están de acuerdo, no creen, sobre todo nosotros preguntamos mucho si creen en la posibilidad de paz y el desarme de las FARC y todo eso, y no hay una credibilidad frente a eso, ni frente al proceso ni frente a la posibilidad de paz. No lo generalizo, hay una que otra de las que yo atiendo que me dice que si cree en la posibilidad, pero la tendencia es que no lo creen, de rabia porque sienten que en este momento están volcados mas hacia las satisfacciones de un grupo armado como las FARC, que de ellos como víctimas. Evidentemente esto también va acompañado a una inasistencia y una violencia estatal frente a las víctimas en términos de reparación integral, pues que afianza su postura de incredulidad frente a la paz y al proceso de paz”.

Relativamente ao ponto referente às vítimas, Paola diz que é semelhante à Lei 1448, no sentido em que afirma estarem “muy bien escritas” mas na hora de se aplicarem na prática, existe um desfazamento, não reparando as vítimas uma vez que “no las indemnizan...o por lo menos con las que yo trabajo”. Também refere que “el tema del perdón esta embolatado: yo perdono, pero si me reparan y como no reparan entonces no perdonan”. Aponta, ainda, que:

“el tema de restitución de tierras, de retorno y de reubicación eso se habla que se va a garantizar la entrega nuevamente de tierras, pero en

este momento la guerrilla se esta yendo pero están entrando otros grupos al margen de la ley que llegan a controlar los territorios. Entonces puede que la guerrilla salga del Caquetá pero todavía van a seguir los grupos guerrilleros que no se van a desmovilizar que van a quedar como desertores o de delincuencia común, o sea no hay garantías en Colombia no hay seguridad en este momento para que las víctimas retornen a su tierra. Entonces puede que te den a ti la tierra, pero no hay ni quién te garantice la seguridad allí, porque pueden llegar los paramilitares o las BACRIM, pero entonces también esta el tema de con que yo mantengo la tierra si ya el tema de la agronomía esta tan débil también, como voy a mantener mi trabajo, como voy a generar ganancias [...] el proceso de paz tiene que sobre todo volcarse al tema de la verdad y la justicia y eso es lo que yo más débil veo la verdad, la justicia en Colombia, entonces no se, la verdad soy muy incrédula, espero que haya mucha voluntad política para lograr todo pero mi historia de vida profesional con víctimas no me ha permitido creer ni sentirme tranquila frente a eso”.

Adicionalmente, Paola refiere que as ajudas que as pessoas deslocadas pela violência recebem, ao chegar a Bogotá, quando não inexistentes, são simplesmente imediatas, no sentido em que lhes é providenciada casa e comida ou dinheiro para fazer compras de mercado alimentício. No entanto, não lhes é dada a possibilidade de reparação profunda, pois estas trazem conhecimentos e formas de sustento que são subvalorizados nas grandes cidades:

“la ayuda es oportuna y pertinente solamente porque les dan una ayuda para pagar un arriendo y un mercado o tal vez les dan unos mercados o los cupos en unos albergues, pero realmente una capacidad para ya mantenerse aquí en Bogotá de una manera digna no, no conozco la primera estrategia, ni desde el Estado ni desde el Distrito que les garantice eso. En este momento las personas víctimas de desplazamiento forzado vienen con unas dinámicas y unos aprendizajes

súper distintos que no les permiten desenvolverse fácilmente en la ciudad. La mayoría vienen de un ámbito rural saben defenderse con la tierra, auto-sostenerse y acá es muy recurrente que las personas le digan a uno que acá en Bogotá si yo no tengo plata no puedo hacer nada, mientras que yo en mi finca si tenía hambre tenía pollo entonces lo mataba y me lo comía, hacía sancocho, vendía la res o la mataba o lo que sea. Acá el cambio es muy abrupto, no hay un acompañamiento en eso, entonces si ha sido muy difícil, la ciudad en eso no recibe de una manera bonita a la gente. Desafortunadamente hay muchos prejuicios, uno encuentra a personas que no son víctimas que dicen es que si son víctimas es por algo, algo hicieron. Cuando las personas van y piden, por ejemplo, la tarjeta de Transmilenio diferencial, la que es más barata, empiezan a decir: ustedes victimas si que piden todo, ustedes víctimas no tienen esto lo otro. Hay mucho maltrato y eso es muy normal que la gente le diga a uno, que no se ha sentido acogido, claro que hay casos que personas que ya llevan acá más de diez años y es normal que le digan a uno que ya se quieren quedar en Bogotá porque ya han aprendido a conocer la ciudad y ya he aprendido muchas cosas y todo eso, bueno. Pero ellos dicen, es que los primeros años fue berraco fue difícil, Bogotá es la ciudad más grande entonces ellos entran y pues les da mucho susto, además la sociedad civil no es sensible frente al tema de víctimas como que no les importa y no lo dimensionan. Y las víctimas entran a competir con la población vulnerable de Bogotá también eso genera choques entonces uno conoce gente que dice: es que si ve, este porque es desplazado si le dieron todo, en cambio yo que llevo acá toda mi vida comiendo miercoles en Bogotá no me han dado nada, entonces yo tengo es que pasarme por desplazado para que me den algo. Entonces ahí empiezan haber divisiones a nivel social fuertísimas y los prejuicios que le tienen a las víctimas crecen y crecen”.

Ao referir-se à possibilidade de conseguir fazer uma reparação integral às vítimas, Paola evidencia que não se pode perder de vista a ideia de que as mesmas devem conhecer a verdade para assim conseguir perdoar:

“[...]si es que vamos a seguir jugando a reparar a las víctimas por un lado y los desmovilizados por el otro, cuando las víctimas lo que están pidiendo es verdad y perdón, y la verdad la tienen ellos y las víctimas a los que tienen que perdonar es a ellos, pero si no se generan escenarios donde se perdonen y se digan verdades, pues no sé, no sé si se esta pensando articular el ejercicio psicosocial de los desmovilizados con el ejercicio psicosocial de las víctimas”.

Questionada sobre como sugere que sejam as vítimas reparadas de forma mais inteira, Paola afirma que é necessária: “[...] justicia acompañada de verdad, una verdad que contemple una voluntad política para descubrir la verdad, para castigar y judicializar, para que los victimarios hablen y reconozcan sus crímenes y que se garantice la no repetición, también, y evidentemente, también, el tema de la reparación integral que contempla la Ley 1448 que habla de la reparación simbólica, la reparación administrativa que es lo económico, claro que es normal que una mamá diga: por más plata que me den no me van a reponer a mi hijo, pero es un dinero que se les debería dar. La mayoría de personas que están en estos centros de atención a víctimas, vienen es reclamando su indemnización, toda la parte de garantías económicas para rehacer su vida.”

5.2.2. Morelia

Morelia é uma mulher de 46 anos de idade que se encontra, neste momento, a estudar no segundo ano da licenciatura em psicologia. Chegou há seis anos a Bogotá proveniente da cidade de Medellín, vítima do deslocamento forçado que sofreu por parte do grupo armado à margem da lei, FARC. Ela é uma líder defensora dos direitos humanos, razão pela qual sofreu contínuas ameaças deste grupo:

“yo soy defensora de los derechos humanos, y en el ejercicio de mi labor en la ciudad de Medellín me sentí muy hostigada con amenazas, fue muy duro. Fue muy fuerte la situación, incluso, como yo acompañaba a mujeres que denunciaban los delitos, siento que algunas agresiones que sufrieron mujeres y niñas del proceso que yo acompañaba fueron parte del mensaje que me daban a mi directo, entonces pues fue muy duro, acompañe casos de delitos sexuales, explotación sexual casos que lleve incluso al Instituto Colombiano de Bienestar Familiar. Por estar en ese activismo y en la defensoría de los derechos humanos me tocaba estar escondiéndome en la ciudad”.

Morelia afirma ter sofrido ameaças indiretas, através de mensagens enviadas à sua pessoa pelos jovens com quem ela trabalhava: “Llegaban los niños diciendo: Digale a Morelia que se cuide” ou, inclusivamente, através de ameaças diretas: “recuerdo otra que fue muy directa, yo estaba en una actividad con un grupo de niños y niñas y llega un tipo que le decían el “Mochacabezas” cuando los niños lo ven me alertan y me dicen: Morelia ahí viene el Mochacabezas, todos tratan de esconderse atrás de mi y el tipo llega armado hasta los dientes y me dice que ellos son la autoridad, que les tengo que obedecer, me amenazan, me dicen cosas muy directas y muy fuertes, que me hacen comprender que me salve fue por los niños y niñas. Ese fue el detonante para que yo decidiera salir de ahí.”

Adicionalmente, Morelia enfatiza que o seu filho estava em perigo de ser recrutado à força por este grupo à margem da lei, por se encontrar numa idade considerada ótima para começar a ser um guerrilheiro - dezasseis anos. Por isto, ela enviou-o para Bogotá primeiro, sem nenhum tipo de ajudas do Estado, recebendo apenas uma ajuda vinda por parte da comunidade em que vivia na cidade de Medellín. Um ano após este fato, Paola teve de sair da cidade de Medellín com a sua filha e a sua neta, que nesse momento (em 2010) tinha apenas três meses de idade, confessando que a adaptação às novas lógicas da grande cidade de Bogotá demorou aproximadamente dois anos.

“El enfrentamiento con la ciudad fue muy traumático, más que la ciudad, que la monstruosidad de ciudad que es Bogotá, fue las condiciones, porque uno viene de unas condiciones de una cultura distinta, de una cultura solidaria del que si hay alguien que necesita se le apoya, y llegar acá en donde nos tocó meternos en el cuarto en el que estaba mi hijo. Allá no podíamos ni bañarnos, nos tocó dormir en el piso con la bebé, además yo estaba malas condiciones de salud y la bebé también. Entonces yo digo que el conflicto a mí me afectó, me generó muchas afectaciones no fue sólo el tema de amenazas, hay muchas cosas más que yo ni siquiera he denunciado ni he dicho. Pero la llegada acá fue muy traumática porque las condiciones de salud, por todo, por la lógica capitalina, por todo el sistema, el mensaje que le dan a la gente acá es muy terrible eso es como que cada uno se defiende solo como pueda, incluso mi hijo ya estaba inmerso en esa lógica así que el encuentro no fue lo que uno se imaginaba, si no que era traumático estar todos juntos.”

No seguimiento da entrevista, Morelia afirma ter sido vítima por desenraizamento²⁷: “tuve que dejar la ciudad de manera involuntaria”; e por violação sexual: “pero hay una cosa de la que nunca he hablado que es un delito sexual que sufrí, y que no sólo yo, si no, también mi hija (Morelia chora e pede para parar a gravação e que essa parte do testemunho não seja gravado)”.

Refere que ao chegar à cidade não pediu as ajudas oferecidas pelo Governo, pois nem sequer sabia aonde as podia pedir, começando, portanto, por sobreviver: “mi hija trabajaba en los buses cantando, y de esa manera sobrevivimos los dos primeiros años.”

²⁷ Ter sido tirada da sua terra/casa de uma forma forçada, como consequência do conflito armado colombiano.

Relativamente ao processo de paz, Morelia crê que nem todas as vítimas foram escutadas, uma vez que dentro da população de vítimas existem diferentes níveis de vulnerabilidade, devido ao facto de terem dificuldade em chegar aos meios de comunicação ou, simplesmente, de participarem nos processos de negociação de forma ativa. Afirma, por conseguinte:

“yo creo que sobretodo el concepto de paz, o sea, el concepto de paz que los ciudadanos tenemos no es el que el Estado, el Gobierno, ni los que están en la mesa de negociaciones tienen, porque yo creo que no han elevado el proceso de paz a la garantía de todos. No podemos decir que hay paz cuando gran parte de la población está con hambre, sin los derechos fundamentales, sin salud, sin educación, yo creo que ahí más de que se incluya el aporte de las víctimas más vulnerables, se debe incluir el concepto de paz, o sea se debe avanzar en que es la paz para los ciudadanos, porque por ejemplo no han hablado de un tema que es muy importante, que es la corrupción. O sea, Colombia es país corrupto que casi se ha naturalizado [...] Para poder avanzar y tener unos resultados sostenibles primero hay que erradicar el tema de la corrupción, Y eso daría pie a un proceso que sea incluyente, pues que si no hay corrupción ya no voy a comprar votos y hay una participación real en los procesos. También se desarrollan programas, planes y proyectos de desarrollo que favorezcan la población. Y a su vez les haría participar a la población, más informada, en los mismos. O sea, que este proceso de paz, al final, es una realidad muy lejana a la realidad del pueblo”.

Sobre o processo de reparação às vítimas, Morelia diz que:

“Es muy miserable. Hay hechos victimizantes que son irreparables. Por plata que me den a mi no me van a reparar mi dignidad ni me van a devolver todo lo que he perdido, ni los procesos que se fracturaron a nivel comunitario. El hecho de que yo estuviera en la ciudad eso enriquecía la ciudad entonces es muy irreparable. Y frente a la cuantía

que están dando me parece una cantidad muy mínima, que falta avanzar en la negociación con las víctimas en el tema de la reparación. En lugar de invertir tanto para la guerra, porque no invertir en la reparación. Aquí en Bogotá y en cualquier parte del país las víctimas están sin vivienda, y han tenido no sólo casas si no hasta fincas y todo. Y estar acá en condiciones infrahumanas en donde para poder dormir hay que pagar una cantidad enorme de dinero, eso no lo han contemplado. O sea el daño no fue solamente en el momento del hecho victimizante, el daño no lo han entendido, porque a raíz de mi desplazamiento el daño continua y es demasiado demasiado fuerte. El mero hecho de enfrentarme a una ciudad completamente distinta, a un cambio de mi cultura, el tener que rebuscarme por un alimento, cuando yo tenía un proyecto que era sostenible, o cuando las mismas víctimas tenían sus casas, sus fincas, sus procesos de los que podían vivir y saber que acá tiene es que rebuscarse, endeudarse, meterse en paga diarios, o sea las lógicas acá son muy fuertes, son demasiado, pesan mucho. Incluso yo que trabajo con víctimas del conflicto armado, me ha tocado ver a las jóvenes en ejercicio de prostitución, las mujeres en ejercicio de prostitución, para poder sobrevivir en la ciudad. Ese daño no lo han contemplado. O sea, ese daño de lo que a mi me toca vivir, ocasionado por el conflicto armado en la ciudad, eso no lo han contemplado ni esta siendo medido”.

5.2.3. Gustavo

Gustavo é um homem de 54 anos de idade, com o primeiro ano de ensino primário, que está desempregado e trabalha esporadicamente na recolha de lixo reciclável, na cidade de Bogotá, há 10 anos.

Este senhor considera-se uma vítima do conflito armado, primeiramente num plano de exclusão social pelo Estado e, também, vítima direta do conflito armado

colombiano: “ya llevo varios años viviendo bajo la situación de la guerra”. Apesar de ter nascido em Chinavita, Boyaca, passou a maior parte da sua vida em Magdalena Medio, local onde sofreu diversos tipos de vitimização por parte do grupo à margem da lei, FARC: “sufrimos aproximadamente setenta y cuatro tipos de tortura desde nuestra niñez hasta que fuimos adultos y por eso nos tocaba migrar o hacer algo parecido”.

Gustavo refere existir, desde há várias décadas, um problema de garantias do Estado ao nível da educação e saúde, em especial nos territórios rurais:

“Injusticias que realmente no creo que fueran justas que tuvieran que pasar. Estamos totalmente abandonados, no había educación, no había profesores, presupuesto para la salud, no había médicos, no había como curar las enfermedades que se producían en las selvas, el paludismo. O sea, nosotros vivíamos en un mundo muy diferente a la civilización. Caminábamos diez horas a conseguir comida en el mercado”.

Ao contar sobre o momento em que migrou de Magdalena Medio para Bogotá, Gustavo refere ter passado por várias dificuldades:

“Cuando me desplazé a Bogotá encontré apoyo de algunos amigos y de la Secretaria Social Pastoral en el Señor Obispo Jaime Amayo y, por medio de ese apoyo, logré sacar parte de la familia que vivía conmigo en ese territorio. Se estaban desarrollando operativos militares entonces a uno le toca huirle a todos, ese es el caso, y había un problema de la guerrilla que estaba muy avanzado en el Magdalena Medio que todos nosotros los que no estábamos de acuerdo con ellos éramos objetivo militar, pudimos salir hasta un municipio, Canta Gallo, Bolívar. Ahí estuve un mes y pude dejar a mi familia, porque como no tenía dinero para poderla movilizar para ninguna parte y la Pastoral Social tampoco tenía ese presupuesto para eso, entonces yo la dejé y salí con dos de mis hijos, de los cinco que tenía, para Bogotá y los demás se quedaron con la

mamá. En ese orden de ideas yo llegue a la ciudad sin conocer nada, a enfrentarme a una vida totalmente diferente a la que yo llevaba antes, yo no conocía nada no sabia como se numeraban las calles, ni las carreras, le tenia miedo a todo. Sin embargo me tocó someterme a vivir así y abrirme camino aquí en Bogotá. Como paso el tiempo y yo estaba en Bogotá y el resto de mi familia por allá desplazada, mi mujer decidió conformar un nuevo hogar y nos repartimos la responsabilidad, ella se quedó con tres niños y yo con dos, ella quedo allá mirando y viviendo los hechos de violencia que había. Un día cualquiera llega la Policía y unos señores de las FARC y matan a cuatro personas en el municipio de Canta Gallo delante de mis hijos y de mi señora. La sangre asusta, entonces ella se llenó de nervios y entonces ella fue y avisó al Comandante de la Policía y este le informa al Comandante de las FARC que estaba ahí. Entonces a mi señora le dieron dos horas para que abandonara el municipio y no le dejaron sacar nada, ni los niños ni nada de las cosas que tenia. Ella entra en shock nervioso y se va a la Iglesia a pedir ayuda y unos amigos que habían allá me ayudan a sacar los niños por otro lado tres días después. A ella le dicen que se fuera para un pueblo, pero la malicia indígena le dice que no se vaya para allá. Menos mal no se fue, porque o si no la habrían asesinado. Se busca otro pueblo, llega al pueblo de Rio Viejo, Bolívar, y comienza a recordar el momento de la muerte de los señores que mataron delante de ella y eso la traumatizó, produciéndole un shock nervioso que al mes le causó la muerte en el hospital González Valencia, de Bucaramanga. Quedan los niños solos los que estaban con ella, yo quedo acá sin casa ni trabajo. Mis hijos quedan, los recoge una parte de la familia de mi señora que vive en un pueblo que se llama Norosí, Bolívar, y ahí se quedan viviendo”.

Sobre a sua adaptação a Bogotá, Gustavo afirma que:

“las víctimas somos una población flotante, no gozamos de una bienvenida a Bogotá, los ciudadanos no nos quieren mucho a nosotros, porque nuestra forma de vida, nuestro hábitat es diferente a la de una persona urbana. Nosotros con cuatro o cinco hijos no cabemos en cualquier parte y no somos aceptados, acá se hacen construcciones para tener poquitos habitantes, para que no haya ruido, no quieren niños. Hay una cantidad de cosas diferentes a nuestro hábitat.”

Adicionalmente, Gustavo dá conta de outro episódio de violência vivido há anos atrás, às mãos das FARC:

“Antes ya había sido baleado cuando el Ejército mato a dos hermanos míos, me balearon y despedazaron la mano izquierda (mostró el brazo herido). La baleada fue una mañana, yo estaba en la casa a las siete de la mañana no sabía que pasaba alrededor, cerca a la casa había unos árboles de naranjas, uno de mis niños pequeñitos, que tenía como año y medio, sale corriendo hacia los árboles a buscar naranjas que se caían, cuando está allá y yo lo estoy viendo a lo lejos, sentado tomándose un tinto. Cuando ya iba él como a treinta metros de la casa, cuando de la nada empiezan a sonar disparos y bombazos entonces yo inmediatamente empecé a correr a buscar al niño y recogerlo porque donde él estaba quedaba en medio de donde estaba el humo de las bombas y cuando lo recojo siento el disparo. Entonces apenas yo alzo al niño lo lleno de sangre, y la sangre es muy escandalosa y él se llena de sangre porque yo lo llevaba en el brazo herido. Yo le entrego el niño a mi señora y ella sale corriendo hacia el río, y en ese momento yo siento que nos rodean unos señores de uniforme de las FARC. En ese momento yo sabía que me venían a matar y me preguntan porque huyo, me insultan, yo estaba indefenso en mi casa, mi señora que había salido corriendo no se atreve a volver y los otros niños también salen corriendo a buscar a la mamá. Me agarran a golpes, me parten la cabeza, me fracturan acá, me dan golpes en la espalda, me amarran y me tiran

por allá a una quebrada. Yo pensé que me iban a matar, me dejaron ahí, yo comencé a desangrarme, sin embargo yo con la camisa que tenía y a pesar que me dolía todo, me tapaba el brazo cuando ya no vi mas gente armada, empecé a arrastrarme a un camino y ahí había unas señoras que me ayudaron a salir y llevarme al hospital en Barranquilla. No se le podía contar a nadie nada, no podía hacer el denuncia, porque o si no me mataban a mi o a mi familia. Entonces por el bien de ellos yo me tuve que callar.”

Sobre o episódio que o levou a abandonar Magdalena Medio e chegar a Bogotá, Gustavo revela:

“Soy discapacitado, no consigo trabajo fácil, en el marco del conflicto me dieron un disparo en un brazo, y como no tengo nivel académico suficiente para empleabilidad entonces no me dan empleo. En donde yo vivía allá en el Magdalena Medio se adelantaba un proyecto cívico administrativo de varios grupos políticos con el fin de administrar las localidades o municipios. Yo cometí el error de apoyar al candidato que ganó, Fabier González, el cual no era aceptado en el territorio por las FARC, y eso me costó la persecución que sufrí. Yo tenía un territorio que está en una zona de Reserva Campesina y ese territorio tiene unas minas de oro y fuentes de agua muy bonitas. Por eso, ellos, las FARC, me exigieron plata y yo no la tenía. Me amenazaron y yo me empecé a evadir un poco, lo último que me dijeron fue: o nos da la plata, o tiene 24 horas para que se vaya de la región. Esto un señor que se llamaba David Limón, que ya murió creo, y otro que lo llamaban El Morado. El plan era matarme, le decían a todo el mundo que yo era un estorbo en la región y que tenían que matarme, entonces a mi me avisaron. Casualmente en ese momento había un operativo militar de las Fuerzas Armadas de Colombia en la zona, motivo por el cual logré huir porque conozco el territorio y supe por que parte me podía escapar sin que me cogieran, logré salir con dos de mis niños y una muda de ropa. Como yo

soy una persona que exige que se cumplan tanto sus derechos como los de los demás, soy frentero y claro diciéndole a la gente las cosas, de amores y odios, pero para estos grupos el que se atreve a alegar a defender su posición es una persona indeseable, entonces ese fue otro de los problemas.”

Gustavo conta que, alguns anos após chegar a Bogotá, se integrou num grupo de vítimas que fazem diversas mobilizações com o fim de exigir que os seus direitos sejam garantidos pelo Estado: “[...] a través de diversas reuniones logramos sacar un primer borrador de la Ley de Víctimas para solucionar los problemas de las víctimas y se hizo un planteamiento para Ley de Tierras, pero los partidos políticos se apoderaron de eso y cambiaron los conceptos que nosotros habíamos planteado.”

Questionado sobre o Acordo de Paz, Gustavo refere:

“Le comento una buena noticia. Usted se encuentra hoy con una persona que desde hace mas de treinta años lucha por la paz como un líder social. El esfuerzo que hicimos muchos se viene materializando. Los campesinos intentamos la primera experiencia de participación ciudadana, de como un municipio tiene que administrar para los derechos de las mayorías. Comenzamos a luchar allá en el Magdalena Medio, para hacer el laboratorio de paz en Barrancabermeja de Juan Carne, que se levanta sobre diez años de esfuerzos de muchas personas de diferentes pueblos del Magdalena Medio, logramos que llegara a manos de la cooperación internacional. Nosotros hoy en día apoyamos el proceso de paz , lo queremos, lo defendemos porque es nuestra única posibilidad de esclarecerle cosas a la Nación a las nuevas generaciones y porque también es la posibilidad de que no siga el derramamiento de sangre aunque ya en este momento los que apoyamos la paz nos están asesinando, los que somos realmente defensores de la vida, del territorio, de los derechos humanos los están asesinando. Sin embargo, estos acuerdos que paran la guerra son muy importantes para el país y

hacemos votos y luchamos y defendemos como nos toque y podemos decir que nosotros somos unos combatientes por la paz sin temer con las únicas armas de la sabiduría empírica, porque ni siquiera las universidades nos han gastado un semestre de formación para poder organizarnos o prepararnos mas en métodos, en pedagogía de la paz, no todo lo que hemos hecho nosotros lo hemos desde nuestro esfuerzo propio, desde nuestra consciencia, de nuestra visión de patria. Y pensamos que si lo seguimos defendiendo podremos ser triunfadores y yo digo que falta ver si se logran dar las garantías para que se cumpla el acuerdo, ojala hubiera la intervención internacional para que garantice, para que sea el testigo que acredite todo”.

Finalmente, cuestionado sobre a reparaçã das vítimas, Gustavo crê que: “Hay mucha letra menuda y tenemos una gran desigualdad para lograr hacer la incidencia en la participación para lograr esa reparación, esa indemnización, y que no se vuelva a repetir esa historia. Porque los que reclamamos esos derechos no somos presupuestados no tenemos ni para el pasaje del bus, no nos dan una formación permanente para lograr el objetivo, a duras penas nos dan formaciones esporádicas y somos padres de familia que no somos personas que contemos con el tempo suficiente para eso. Y las FARC como uno de los que se desmoviliza tampoco ofrece una posibilidad concreta de buscar como se garantiza una participación, no hay presupuesto. En Bogotá hay 658.000 víctimas, pero el Alcalde de Bogotá desconoce que tenemos derecho a una vivienda, desconoce nuestros derechos legítimos y eso nos hace más vulnerables. Hemos tratado de vincular a las instituciones a que nos ayuden a la Defensoría del Pueblo, la Procuraduría, la Personería, pero ellos luchan es por cada uno y ya entonces estamos en una situación de total desigualdad y al ser una población flotante peor. Ahora que están en un ajuste a la Ley 1448 la Ley de Victimas el ajuste a la Ley de Tierras, creo que hay una cooperación internacional para eso,

para lo de victimas pero eso se lo quieren robar, el dolor de nosotros se va a convertir en un negocio fructuoso para los intermediarios, esa es una de las grandes preocupaciones”.

5.3. A vontade de uma reparação realista

Tendo em conta as entrevistas feitas, irá fazer-se uma análise tendo como base os pontos de encontro no discurso de todos os entrevistados, para que e possa entender como vêm a aplicação do quinto ponto dos acordos de paz na Colômbia.

Existem vários pontos em comum no discurso dos três entrevistados. Em primeiro lugar, denota-se a constante presença de dualidade das vítimas relativamente à sua percepção dos Acordos. Por um lado, acreditam no processo de paz, nos diálogos e nos acordos de paz, em especial no quinto ponto destes, pois percebem-no como a única saída que têm para serem reparadas e que este longo episódio de conflito do país acabe. Por outro lado, não acreditam neste processo de paz, quer seja pela falta de leitura dos acordos, sobretudo do quinto ponto, ou devido à experiência pela qual passaram, o que não as deixa ter fé de que um dia a paz chegue à Colômbia e as vítimas possam ser reparadas.

Tendo em conta o mencionado anteriormente, uma das grandes perguntas é: como se levarão os acordos de um plano teórico, no papel, à realidade diária colombiana? Todos os entrevistados afirmam, com clareza, que o Estado colombiano não tem presença nas áreas rurais do país, não tendo, por isso, contemplado nos acordos os sentimentos reais da população que foi forçada a abandonar estes territórios. Portanto, coincidem no fato de assegurar que na Colômbia não existem garantias de que o que dizem os acordos tenha uma fácil aplicação na realidade das vítimas. Por conseguinte, realçam o fato de que a realidade colombiana exposta nos acordos se encontra numa direção diferente à realidade efetiva, tanto do país como das vítimas, isto é, existem concepções radicalmente diferentes sobre o que significa a

paz para as vítimas e o que significa a paz para as pessoas que estão na mesa de diálogo dos acordos.

Adicionalmente, asseguram que, para que a parte dos acordos referente à devolução das terras aos deslocados seja uma realidade, têm de existir garantias de que os mesmos possam voltar às suas terras retiradas à força e contra a sua vontade, no contexto do conflito armado. Além disso, existe a necessidade de que lhes sejam dadas garantias de não serem deslocados mais uma vez pelos outros grupos à margem da lei, que ainda existem e estão activos no terreno. Afirmam, também, que necessitam de garantias para sobreviver nestes territórios, tendo em conta que o dia-a-dia da produção agrícola é cada vez mais desvalorizado.

No que diz respeito à parte da reparação das vítimas, são unânimes em considerar que este deve ser um ponto fulcral de atenção de todo o processo. Justificam que a indemnização que o Estado dá às vítimas de migração forçada no contexto do conflito armado não é suficiente, já que não tem em conta o fato de que, após o acontecimento traumático e vitimizante (o deslocamento forçado), o dano continua. Isto faz com que as vítimas tenham que viver nas grandes cidades sem as mínimas condições ou submetidas a processos de exclusão e desconfiança por parte dos cidadãos destes locais. Comentam, portanto, que o Estado ainda não entendeu que os deslocados entram nas grandes cidades a competir com a população vulnerável das mesmas, o que os faz ser mais uma vez vítimas de rejeições por parte da cidadania. Ainda que nem todas as vítimas de deslocamento forçado venham de zonas rurais, essa é a condição mais comum entre este tipo de vítimas. Assim, os entrevistados coincidem na ideia de que, ao chegar às grandes cidades, sofrem um enorme choque cultural entre a sua forma de vida anterior, própria dos contextos rurais, e a forma de vida a que são submetidos ao chegar aos grandes centros urbanos. Têm de enfrentar ambientes onde não existem as ferramentas básicas de sobrevivência que conheciam, uma vez que as dinâmicas com que sempre haviam vivido são radicalmente diferentes às que existem num contexto de cidade.

“As a result, there is a consistent effort to demonstrate how refugees—due to their displacement —have poorer access to social services, compete less effectively in the marketplace, and are regularly harassed, detained, and disadvantaged.” (Landau, 2014)

Finalmente, é fundamental ter em conta que, na opinião de todos os entrevistados, é obrigatório que no processo de reparação exista – e seja exigida – a verdade. Só assim poderá existir uma reparação integral e se poderá alcançar o perdão, evitando que o que aconteceu não volte a suceder. Neste sentido, a verdade tem de ser um dos pilares fundamentais no processo de reparação às vítimas do conflito armado.

6. A minha participação e autoavaliação

Ao longo deste processo de estágio fui encontrando diferentes e inesperados desafios, que me dificultaram o caminho e me obrigaram a constantes adaptações, os quais considero fundamental relatar aqui. Um deles prende-se com o fato de ter tido de mudar o tema do meu plano de trabalho, motivado pelo difícil período que a economia do sector mineral-energético estava e está a atravessar. Esta situação motivou a mudança de papel desempenhado por mim no local de estágio. No final de 2015, o preço do barril de petróleo começou a cair e o preço do peso colombiano a desvalorizar face ao preço do dólar americano. Devido ao facto do CME ser uma iniciativa multi-actores, mantida devido às contribuições monetárias das suas empresas constituintes que pertencem ao referido sector, não foi possível juntar os recursos suficientes para realizar o projeto piloto, onde eu seria incluída, tendo a Junta Diretiva tomado a decisão de o cancelar. Face a esta situação tive de mudar o meu plano de estudos e focá-lo no mapeamento de oportunidades, riscos e impactos dos acordos de paz para este setor, trabalho com duplo sentido prático: o de propiciar uma análise cuidada para o Comité, sobre os pontos específicos dos Acordos de paz que se perspectivavam, e o de contribuir para a realização do evento CME, onde estes

temas (entre outros) seriam discutidos. Dado o meu âmbito de estudos, foi-me pedido para concentrar o meu trabalho e estudo no quinto ponto dos acordos, respeitante à reparação das vítimas. Aceitei as mudanças de plano com abertura e flexibilidade, perspectivando-as, igualmente, de forma enriquecedora para a minha formação académica, profissional e pessoal. Importa salientar, a este respeito, que os acordos entre o Governo colombiano e as FARC foram referenciados como os primeiros acordos de paz a ter como eixo principal e transversal a todos os pontos a questão da reparação das vítimas, ou seja, do deslocamento forçado que o país tem vivido desde há mais de 50 anos. Por este motivo, a construção que respeita a este ponto no mapeamento foi realizada por mim, tendo providenciado as ferramentas para que se constituísse. Estas ferramentas foram construídas após um estudo prolongado e dedicado, por meio da pesquisa bibliográfica sobre o tema e com base na palestra da Dr. Alexandra Guaqueta.

Dado o impacto que este mapeamento tem, decidiu-se fazer um evento de carácter nacional e internacional, para expôr os resultados encontrados, para o qual eu fui destacada como organizadora. Assim, o projeto que realizei começou com a construção da primeira versão do mapeamento, que teve início em setembro de 2015, seguido da organização do evento “El sector Minero Energético: Seguridad y Derechos Humanos en el posconflicto”. Nesta fase, consegui ajudar no início da construção da segunda versão do mapeamento, tendo em conta os resultados obtidos com o debate deste evento. A ajuda neste projeto acabou no mês de julho de 2016, com o fim do meu estágio..

Por outro lado, acompanhei com muito interesse todas as sessões das diferentes palestras que se fizeram, uma vez que era uma das pessoas que detinha mais informação e a quem tinha sido confiada a construção do mapeamento. Exemplo disto foram as seguintes palestras: a primeira feita pelo Dr. Humberto de la Calle Lombana e Frank Pearl, organizada pelo CME interno, sendo o primeiro o chefe da equipa negociadora do governo nos Diálogos de Paz de Havana com as FARC e o segundo, à data, parte da equipa negociadora dos Acordos com as FARC; hoje em dia o

chefe negociador da equipa do Governo para os Diálogos de Paz com o ELN. A segunda foi ditada pelo Alto Comisariado para a Paz, que contou com a presença do Dr. Juan Fernando Londoño e do Dr. Álvaro Balcazar, tendo o primeiro sido assessor para a criação do ponto de participação política e o segundo assessor do ponto de reforma agrária. A terceira palestra contou com a presença da Dra. Alexandra Guaqueta, Diretora do Ministério para o Posconflicto, com o objectivo de ampliar o entendimento sobre o quinto ponto dos acordos, sobre as vítimas, já que ela ajudou na sua criação. Finalmente, a quarta palestra foi dirigida pelo Dr. Juan Fernando Cristo, Ministro do Interior, com o intuito de prosseguir o entendimento sobre os Acordos de Paz e complementar o mapeamento OIR.

Após cada palestra, fui a pessoa encarregada da execução das memórias de cada uma delas, realizando registos escritos das gravações áudio saídas das palestras. O CME, por ser uma iniciativa que reúne vários grupos interessados, públicos e privados, funciona por meio de Grupos de Trabalho nos quais os mesmos participam. Isto tem o objectivo de originar e criar o mapeamento OIR, um documento que serve de ferramenta aos atores interessados na assinatura dos acordos, que identifica as oportunidades, os impactos e os riscos de uma série de situações percebidas após a leitura dos Acordos de Paz e os diálogos com o Alto Governo por meio de um conjunto de palestras mensais. Criou-se o Grupo de Trabalho do Mapeamento e o meu papel na constituição e inclusão deveu-se ao facto de ser parte do CME. Na actividade de gestão do mesmo a minha participação relacionou-se com a recolha da informação que foi saindo das suas sessões e a produção das memórias sobre esta informação, para que se constituísse como ferramenta de trabalho do grupo, no mês seguinte.

Deste modo, uma vez que acompanhei a construção da primeira versão deste mapeamento desde o seu início, organizei o evento sobre este mapeamento e ajudei no início da construção da sua segunda versão, além das outras actividades já referidas, considero a minha participação como sendo bastante abrangente e transversal. Trabalhei de forma mais determinante a nível interno, com o grupo de trabalho do CME, mas também com os grupos de trabalho de criação e como organizadora do

evento que serviu de ante-câmara a um evento internacional como a Plenária dos Princípios Voluntários, que teve lugar em Bogotá, em Abril de 2016.

Uma vez que finalizei o estágio no CME com a coordenação do meu orientador, concordou-se ser necessário realizar entrevistas a diferentes deslocados, com o fim de perceber como eles viam os acordos de paz, especificamente o quinto ponto dos mesmos. Por este motivo, fiz uma rápida pesquisa sobre diferentes organizações que me poderiam ajudar, com o fim de entrar em contacto com estes deslocados. Assim, cheguei à Unidad de Atención Distrital a Víctimas del Conflicto Armado, onde tive a oportunidade de entrevistar uma das psicólogas que diariamente trabalham na Unidad e dois deslocados pelo conflito armado colombiano.

Em suma, tendo em conta as diferentes fases da minha participação, posso concluir que esta foi transversal e muito enriquecedora, tanto sob um ponto de vista prático como teórico, tendo-me entregue de forma motivada e empenhada a todas as tarefas que me foram pedidas pelas diversas pessoas com quem interagi ao longo do último ano e meio. Considero-me, neste momento, segura de entregar um relatório de estágio completo e integral, que evidencia o que fiz no local de estágio, assim como durante o período em que me dediquei, por minha conta, às entrevistas aos diferentes deslocados, para assim ter todas as ferramentas para a construção deste documento.

7. Conclusões

Tendo em conta a análise apresentada, pode-se entender que, no processo das migrações forçadas, são muitos os atores que confluíram e resultaram nos cerca de 6.300.000 deslocados forçados que em 2016 se registam no território colombiano. Estes constituem uma das populações mais vulneráveis que se encontram nas grandes cidades para as quais migram. Por isto, os Acordos de Paz com as FARC-EP, em especial o quinto ponto, que trata o tema das vítimas, são fundamentais para o fenómeno das migrações forçadas na Colômbia.

Partindo da anterior sugestão de que existiram múltiplos atores que interagiram no deslocamento de milhões de pessoas na Colômbia, como foram as FARC-EP, o exército colombiano e as grandes empresas extrativistas que se encontram nos territórios de onde a maioria de pessoas tem sido deslocadas, é fundamental entender que para conseguir gerar uma reparação integral é necessário cumprir vários aspetos.

“In addition, any new twenty-first-century approach to ‘solutions’ needs to consider the particular challenges involved in solving internal displacement. A durable solution for IDPs is usually described as ‘when internally displaced persons no longer have any specific assistance and protection needs that are linked to their displacement and can enjoy their human rights without discrimination on account of their displacement’ (UNGA 2009).” (Long, 2014, 371)

É, então, necessário começar por entender, tal como afirma Fischel de Andrade (2014), que os deslocados forçados como sujeitos de direitos e não como objetos. Apesar de os Acordos de Paz da Colômbia serem os primeiros acordos criados no mundo a ter como eixo principal e vertical a todos os seus pontos a reparação integral das vítimas, é primordial - assim como mencionam todas as vítimas entrevistadas para este relatório - que o que dizem estes acordos passe da teoria à prática. Ou seja, que não esteja somente no papel e se aplique na realidade e que todas as pessoas deslocadas no marco do conflito armado colombiano possam ter real acesso aos apoios e vínculos acordados.

“The biggest challenge in terms of IDP assistance is putting the legal framework that already exists into operation. It is a complex system in which effective co-ordination among the different actors is essential in order to achieve greater coverage, avoid the duplication of efforts and promote the active participation of IDPs in rebuilding their lives.” (Carrillo, 2009, 544)

Em segundo lugar, para se conseguir fazer esta reparação integral, é imprescindível que todos os setores e atores envolvidos neste conflito, que se tem prolongado por mais de 60 anos, unam esforços com um único fim, sem se prenderem demasiado na grande polarização que vive o país. É, neste sentido, muito importante que se veja o setor privado e o setor mineral-energético como um aliado fundamental neste processo de construção sustentável da paz que se inicia. Desta forma e com a contribuição e pro-atividade de todos, as vítimas poderão gozar de uma reparação integral sem se atentar em excesso a antigas quezílias e desconfianças.

Finalmente, os Acordos de Paz com as FARC-EP são fundamentais nas migrações forçadas na Colômbia, pois oferecem aos deslocados a oportunidade de poder contar com uma reparação integral que parte do fato de poderem conhecer a verdade sobre os atos que aconteceram. Além disso, oferecem a possibilidade de poder contar novamente com um território onde viver, que promova a satisfação de todas as necessidades básicas das vítimas e que esteja assegurada pela correta presença estatal nestas áreas, onde antigamente o Estado nunca chegou. Tal fenómeno, como referido, deve também ser apoiado pelo setor privado, que tem um importante papel na garantia da segurança e bem-estar dos cidadãos.

“Although all sectors want to contribute to building and achieving peace, they have so far failed to join forces and rally around this common goal, as Colombia is such a polarized country. International organizations, as neutral actors, therefore face the challenge of motivating and helping national actors to work together [...] The private sector can make a significant contribution in creating temporary and permanent jobs and supporting microinitiatives” (Carrillo, 2009, 545-546).

*

É fundamental ter em conta que o meu período de estágio e a análise deste trabalho se fez antes dos acontecimentos do dia 2 de outubro de 2016, dia em que os colombianos votaram “não” aos Acordos de Paz entre o Governo e as FARC-EP. Neste sentido, creio que seria de grande relevância continuar com esta pesquisa, com o fim de entender o que acontecerá com o Fast track que o presidente da República da Colômbia, Juan Manuel Santos, implementou no Congresso para aprovar os acordos e começar a implementá-los no território colombiano, bem como as consequências dos mesmos para as vítimas de deslocamento forçado.

8. BIBLIOGRAFIA:

AAVV (1994, 17 de Junho). Acuerdo para el Reasentamiento de las Poblaciones Desarraigadas por el Enfrentamiento Armado. Oslo Noruega. Secretaría para la Paz, Gobierno de Guatemala. Disponível em <http://sepaz.gob.gt/sitio/index.php/3-acuerdo-para-el-reasentamiento-de-las-poblaciones-desarraigadas-por-el-enfrentamiento-armado>. Consultado a 24 de Junho de 2016.

AAVV (2009). Internal Displacement in Arm Conflict: Facing up to the challenges. Geneva: ICRC. International Committee of the Red Cross

AAVV (2010a, Fevereiro). Introducción a los procesos de paz. In Quaderns de Construcció de Pau. Barcelona. Escola de Cultura de Pau. Disponível em http://escolapau.uab.cat/img/qcp/introduccion_procesos_paz.pdf. Consultado a 19 de Junho de 2016.

AAVV (2010b, Abril). Procesos de Paz comparados. In Quaderns de Construcció de Pau. Barcelona. Escola de Cultura de Pau. Disponível em http://escolapau.uab.es/img/qcp/procesos_paz_comparados.pdf. Consultado a 19 de Junho de 2016.

AAVV. (2013a). Los Orígenes, las dinámicas y el crecimiento del conflicto armado. In Basta Ya Colombia: memorias de guerra y dignidad. Centro Nacional de Memoria Histórica de Colombia.. Disponível em http://centrodememoriahistorica.gov.co/descargas/informes2013/bastaYa/capitulos/basta-ya-cap2_110-195.pdf. Consultado em 20 de Junho de 2015.

AAVV (2013b). Procesos de Paz: Un referente, Sudáfrica (Compilación informativa No.4) entre la democracia y la Guerra civil. In Serie Informativo: frente externo. Bogotá. Septiembre 27 de 2013. Universidad Militar Nueva Granada

AAVV. (2014, 7 de Junho). 10 Principios para la discusión del punto 5 de la agenda: Víctimas. Alto Comisionado para la Paz. Disponível em http://www.altocomisionadopalapaz.gov.co/procesos-y-conversaciones/proceso-de-paz-con-las-farc-ep/Documents/Principios_discusion_victimas.pdf. Consultado a 2 Junho de 2016.

AAVV (2015a, 15 de diciembre). Comunicado Conjunto #64. Equipo Paz Gobierno de La Habana. Disponível em <http://equipopazgobierno.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/acuerdo-sobre-las-victimas-del-conflicto.aspx>. Consultado a 12 de Junho, 2016.

AAVV (2015b). Una nación desplazada: informe nacional del desplazamiento forzado en Colombia. Bogotá, CNMH – UARIV. Centro Nacional de Memoria Histórica.

AAVV. (2016a). Desplazados internos. ACNUR. Disponível em <http://www.acnur.org/t3/a-quien-ayuda/desplazados-internos/>. Consultado a 30 de Maio de 2016

AAVV (2016b). Memorias Evento CME. Disponível em <http://cmecolombia.co/wp-content/uploads/2016/04/Memorias-Evento-CME.pdf>. CME. Consultado a 1 de Julho de 2016.

AAVV (2016c). Proceso de Paz. Acuerdo sobre las Víctimas del Conflicto. La Oficina del Alto Comisionado para La Paz. Disponível em <http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/Prensa/Comunicados/Documents/2016/proceso-paz-colombia-cartilla-acuerdo-victimas.pdf>. Consultado a 9 de Junho de 2016.

AAVV. (2016d). Refugiados. Quem ajudamos. ACNUR. Disponível em <http://www.acnur.org/t3/portugues/quem-ajudamos/refugiados/>. Consultado a 30 de Maio de 2016

Acosta, Andrés Cotrina (2013, 27 de Setembro). Procesos de paz: un referente, Sudáfrica. Entre la democracia y la guerra Civil. Universidad Militar Nueva Granada. Instituto de Asuntos Geoestratégicos y asuntos políticos. Disponível em <http://repository.unimilitar.edu.co/bitstream/10654/11546/1/Info146,SUDÁFRICA.pdf>. Consultado a 19 de Junho de 2016.

Aydos, Marina Recena (2009) Migração Forçada: uma abordagem conceitual a partir do caso dos imigrantes angolanos no Brasil. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/6EncNacSobreMigracoes/ST3/MarianaAydos.pdf>. Consultado em 27 de Junho de 2015.

Boraine, Alexander (2006). Audiencias Públicas, claves en Sudáfrica. In Revista Hechos del Callejón. ACNUR. Disponível em http://www.acnur.org/t3/uploads/pics/1720_2.pdf?view=1. Consultado a 22 de Junho de 2016.

Carrillo, Angela Consuelo (2009). Internal displacement in Colombia: humanitarian, economic and social consequences in urban settings and current challenges. International Review of the Red Cross, Vol. 9, Number 875.

Castles, Stephen & Miller, Mark J (2009). The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World. 4th Edition. Basingstok: Palgrave Macmillan, 2009.

CME, Centro Minero Energético de Seguridad y Derechos Humanos. “Qué es, hace y aporta el CME”. Disponível em <http://cmecolombia.co/que-es-hace-y-aporta-el-cme/>. Consultado em 20 de Junho de 2015.

DANE (2016). Población y demografía. Proyecciones de población. Disponível em <http://www.dane.gov.co/index.php/poblacion-y-demografia/proyecciones-de-poblacion>. Consultado a 30 de Maio de 2016.

El Tiempo (2016, 23 de Junho). Con Apretón de manos Santos y “Timochenko” acuerdan fin de la guerra. Disponível em <http://www.eltiempo.com/politica/proceso-de-paz/firma-del-fin-del-conflicto-entre-gobierno-y-farc/16627940>. Consultado a 24 de Junho de 2016.

FARC-EP. Disponível em <http://farc-ep.co/nosotros.html>. Consultado em 7 de Junho de 2016.

Filipe, Ângela Marques. “O Processo de Reconciliação na África do Sul”. Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais. CIARI, 2004. http://www.dhnet.org.br/verdade/mundo/textos/ciari_africa_do_sul_processo_reconciliacao.pdf. Consultado a 29 de Junho, 2016.

Fischel De Andrade, José (2014). Forced Migration in South America. The Politics of Refugee Voices: Representations, Narratives, and Memories. In The Oxford Handbook of Refugee and Forced Migration Studies, editado por Elena Fiddian Qasmiyeh, Gil Loescher, Katy Long, & Nando Sigona. 496-503. Oxford Handbooks Online.

Giraldo, Marizol (2016, 3 de abril). Así confluirán los procesos de paz del ELN y las FARC. EL Tiempo. Disponível em <http://www.eltiempo.com/politica/proceso-de-paz/proceso-de-paz-con-eln-y-farc/16553155>. Consultado a 23 de Junho de 2016.

Goebertuz, Juanita (2015, Dezembro). ¿Cuál es la importância y en qué consiste este acuerdo?. In Acuerdo sobre las Víctimas del conflicto. Alto Comisionado para la Paz. Disponível em <http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/Documents/informes-especiales/abc-del-proceso-de-paz/victimas.html> Consultado a 9 de Junho de 2016.

Hovil, Lucy (2014). Local Integration. In The Oxford Handbook of Refugee and Forced Migration Studies, editado por Elena Fiddian Qasmiyeh, Gil Loescher, Katy Long, & Nando Sigona. 379-385. Oxford Handbooks Online.

Kalin, Walter (2014). Internal Displacement. The Politics of Refugee Voices: Representations, Narratives, and Memories. In The Oxford Handbook of Refugee and Forced Migration Studies, editado por Elena Fiddian Qasmiyeh, Gil Loescher, Katy Long, & Nando Sigona. 144-150. Oxford Handbooks Online.

Landau, Loren B. (2014). "Urban Refugees and IDPs". In *The Oxford Handbook of Refugee and Forced Migration Studies*, editado por Elena Fiddian Qasmiyeh, Gil Loescher, Katy Long, and Nando Sigona, 126-130. Oxford Handbooks Online.

Long, Katy (2014). Rethinking 'Durable' Solutions. In *The Oxford Handbook of Refugee and Forced Migration Studies*, editado por Elena Fiddian Qasmiyeh, Gil Loescher, Katy Long, & Nando Sigona. 370-376. Oxford Handbooks Online.

López, Ana Quintero (2014). La educación como blanco de ataque: Mirada sobre las consecuencias del conflicto armado en Colombia. In *Centro Virtual de Memoria en Educación y Pedagogía*. Disponível em <http://centrovirtual.idep.edu.co/index.php/es/component/k2/item/39-agosto>. Consultao a 23 de Junho de 2015.

López, Claudia (2016). *Adiós a las FARC ¿Y Ahora qué?*. Bogotá. Debate Editora.

Mesa de Conversaciones: para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera en Colombia. Disponível em <https://www.mesadeconversaciones.com.co>. Consultado a 12 de Junho de 2016

Orjuela, David (2014, 16 de Junho). Estos países ya recorrieron el camino de la reconciliación con las víctimas. Kienyke. Disponível em <http://www.kienyke.com/politica/estos-paises-ya-recorrieron-el-camino-hacia-la-reconciliacion-con-las-victimas/> Consultado a 26 de Junho de 2016.

Red Nacional de Información. Información al Servicio de las Víctimas. Disponível em <http://rni.unidadvictimas.gov.co>. Consultado a 10 de Junho de 2016.

República de Colombia (2010). Ley de Justicia y Paz. Ley 1424 de 2010.

República de Colombia (2011). Ley de Víctimas y Restitución de Tierras. Ley 1448 de 2011.

Restrepo, Juan Diego (2015, 11 Janeiro). El Salvador y Guatemala: espejos para Colombia (II). *Verdad Abierta*. Cidade do Mexico. Disponível em <http://www.verdadabierta.com/procesos-de-paz/farc/5566-las-lecciones-del-proceso-de-paz-de-guatemala-para-colombia>. Consultado a 26 de Junho de 2016.

Revista Semana (2011, 28 de Maio). Un mundo en deuda con las víctimas. Disponível em <http://www.semana.com/nacion/articulo/un-mundo-deuda-victimas/240498-3>. Consultado a 22 de Junho de 2016.

Rushing, Elizabeth (2016). *Global Report on International Displacement*. Internal Displacement Monitoring Center. Norwegian Refugee Council. Disponível em <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/Publicaciones/2016/10449>. Consultado a 30 de Maio de 2016

Secretaria General de Bogota (2016). Disponível em <http://www.victimabogota.gov.co/?q=centros-de-atencion-clav>. Consultado a 15 de Dezembro de 2016.

Sigona, Nando (2014). The Politics of Refugee Voices: Representations, Narratives, and Memories. In *The Oxford Handbook of Refugee and Forced Migration Studies*, editado por Elena Fiddian Qasmiyeh, Gil Loescher, Katy Long, & Nando Sigona. 379-385. Oxford Handbooks Online.

Subgerencia Cultural del Banco de la República (2015). *El Frente Nacional*. Biblioteca virtual Luis Ángel Arango del Banco de la República. Disponível em http://www.banrepcultural.org/blaavirtual/ayudadetareas/politica/el_frente_nacional. Consultado em 26 de Junho de 2016.

Unidad para la Atención y Reparación Integral a las Víctimas. Disponível em <http://www.unidadvictimas.gov.co/es/inicio>. Consultado a 10 de Junho de 2016.

Unión Patriótica. Historia. Disponível em <http://unionpatrioticacolombia.com/node/484> Consultado em 18 de Junho de 2016.

Vanguardia (2016, 26 de Junho). Los frustrados intentos por firmar la paz con las FARC. Disponível em <https://www.vanguardia.com/colombia/363590-los-frustrados-intentos-por-firmar-la-paz-con-las-farc>. Consultado a 1 de Julho de 2016.

9. ANEXOS:

Anexo 1:

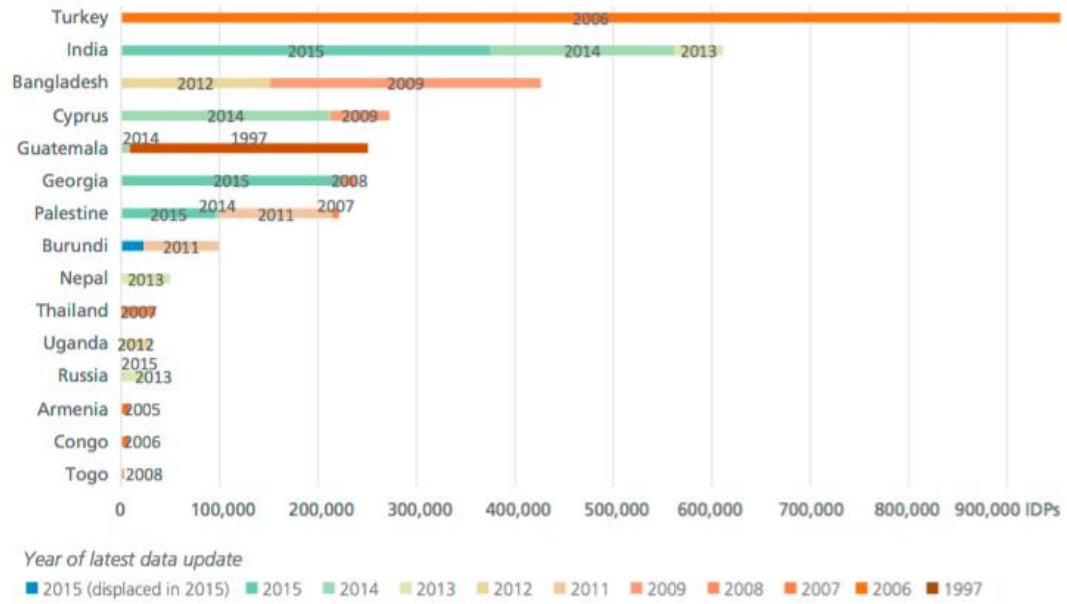
Gráfica 9. Histórico de las principales regiones con desplazamientos masivos



Fuente: RUV – UARIV, corte a 31 de diciembre de 2014.

Anexo 2:

Figure 2.4: Countries with fewer than a million IDPs displaced by conflict, for which some data or all is older than 2014



Anexo 3:

Tabla 1. Procesos de paz con desmovilización colectiva en Colombia, 1989-2012

| Grupo | Número de desmovilizados |
|---|--------------------------|
| 1. Ejército Popular de Liberación, EPL | 2.000 |
| 2. Movimiento 19 de abril, M – 19 | 900 |
| 3. Partido Revolucionario de los Trabajadores-PRT | 200 |
| 4. Movimiento Armado Quintín Lame, MAQL | 157 |
| *Comandos Ernesto Rojas, CER | 25 |
| * Otros grupos | 5 |
| 5. Corriente de Renovación Socialista | 433 |
| 6. Milicias | 650 |
| 7. Frente Francisco Garnica | 150 |
| 8. Movimiento Independiente Revolucionario - Comandos Armados, MIR – COAR | 171 |
| 9. AUC - Paramilitares** | 31.671 |
| TOTAL | 36.362 |

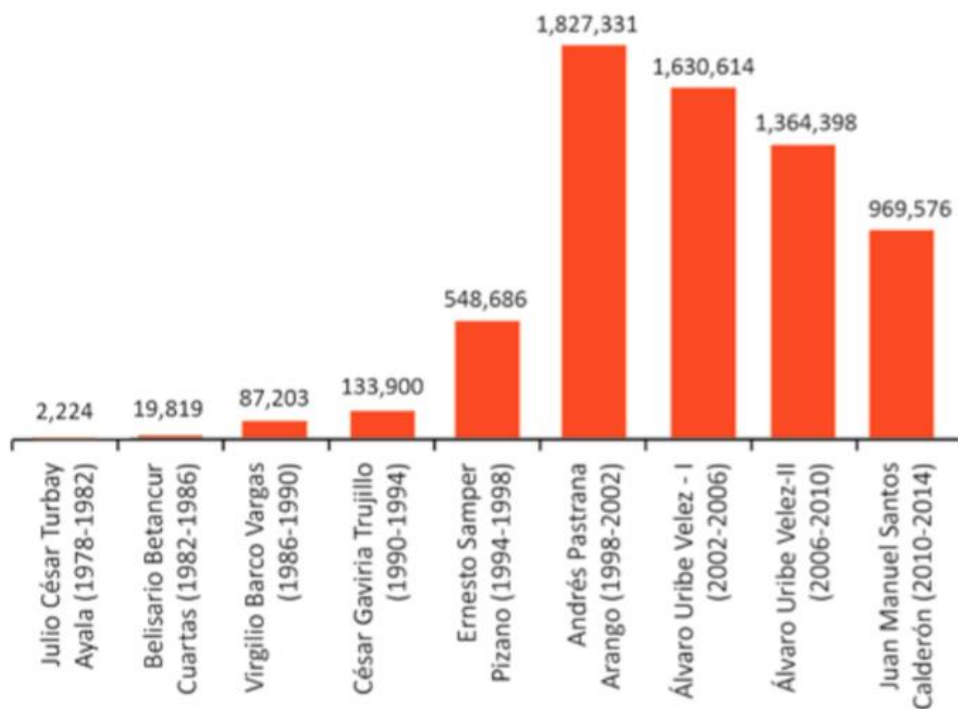
*Esas dos desmovilizaciones fueron continuación de la negociación y acuerdos logrados con el EPL, más que procesos independientes, por lo que no se contabilizan como independientes.

**Los datos de desmovilización paramilitar colectiva se toman del Informe de la Oficina del Alto Comisionado para la Paz, 2007.

Fuente: Fernando Uricoechea, *De las armas a la democracia*, en Ministerio del Interior, (2000) como 2, p. 12.

Anexo 4:

Gráfica 4. Personas desplazadas por periodos presidenciales (1978-2014)



*Los periodos presidenciales son asumidos desde la toma de posesión de cada presidente, es decir, desde el 7 de agosto del año correspondiente a la investidura.

Fuente: RUV – UARIV, corte 31 de diciembre de 2014

Anexo 5:

Reporte General

Total Nacional

Personas
7.809.143

Eventos
9.310.303

*Personas: Víctima identificada de manera única ya sea por su número de identificación, por su nombre completo o por una combinación de ellos.

*Eventos: Ocurrencia de un hecho victimizante a una persona, en un lugar (municipio) y en una fecha determinada.

Desagregado por hecho Departamento Año de Ocurrencia Edad Género Étnia Discapacidad

Desagregado por hecho

| HECHO | PERSONAS |
|--|-----------|
| Abandono o Despojo Forzado de Tierras | 10.467 |
| Acto terrorista/Atentados/Combates/ Hostigamientos | 90.568 |
| Amenaza | 309.147 |
| Delitos contra la libertad y la integridad sexual | 15.236 |
| Desaparición forzada | 162.776 |
| Desplazamiento | 6.849.277 |
| Homicidio | 973.001 |
| Minas antipersonal/Munición sin explotar/Artefacto explosivo | 11.002 |
| Perdida de Bienes Muebles o Inmuebles | 106.238 |
| Secuestro | 32.300 |
| Sin información | 43 |
| Tortura | 9.879 |
| Vinculación de Niños Niñas y Adolescentes | 7.984 |

| HECHO | EVENTOS |
|-------------------------------------|------------------|
| Abandono de Tierras | 11.464 |
| Amenaza | 324.331 |
| Desaparición forzada | 172.234 |
| Sin información | 43 |
| Minas antipersonal | 11.674 |
| Homicidio | 1.051.308 |
| Secuestro | 33.496 |
| Perdida de Bienes Muebles o Inm | 115.296 |
| Vinculación de Niños y Adolescentes | 9.124 |
| Tortura | 9.982 |
| Desplazamiento | 7.458.666 |
| Integridad sexual | 15.748 |
| Acto terrorista | 96.937 |
| Total | 9.310.303 |

Anexo 6:

EL SECTOR MINERO ENERGÉTICO
SEGURIDAD Y DDHH
en el posconflicto



| | | |
|---|---|--------------------------|
| <p>Instalación</p> <p>2:00 p.m. 2:50 p.m.</p> | <p>Guillermo Rivera Consejero Presidencial para los DDHH</p> <p>Gare Smith Secretario - Principios Voluntarios de Seguridad y DDHH</p> <p>María Isabel Ulloa Viceministra de Minas</p> <p>Luz Stella Páez Directora Ejecutiva - CME</p> | |
| <p>Panel: Riesgos para el sector minero energético en el posconflicto</p> <p>2:50 p.m. 4:20 p.m.</p> | <p>MG Jorge Hernando Nieto Director General - Policía Nacional de Colombia</p> <p>María Victoria Riaño Presidenta - Equión Energía Limited</p> <p>Yadaira Orsini Jefe de Economía para el Desarrollo y la Paz - International Alert</p> <p>Alfonso Cuéllar Presidente - Hill+Knowlton Strategies Colombia</p> <p>Jeremy McDermott Director Ejecutivo - Insight Crime</p> <p>Ricardo Alvarado Gobernador de Arauca</p> <p>Moderador Francisco Lloreda Presidente - Asociación Colombiana del Petróleo</p> | |
| <p>Panel: Oportunidades para el sector minero energético en el posconflicto</p> <p>4:30 p.m. 6:00 p.m.</p> | <p>Sergio Jaramillo Alto Comisionado para la Paz</p> <p>Carmen Sylvain Embajadora de Canadá</p> <p>Luis Fernando Rico Presidente - ISAGEN</p> <p>Joshua Mitrotti Director - Agencia Colombiana para la Reintegración</p> <p>Luis Fernando De Angulo Director - CREER</p> <p>Sorrel Aroca Gobernadora del Putumayo</p> <p>Moderador José Rafael Unda Gerente - Arcura</p> | |
| <p>6:00 p.m. 6:20 p.m.</p> | <p>Rafael Pardo Ministro Consejero para el Posconflicto, DDHH y Seguridad</p> | |
| <p>6:30 p.m. 7:30 p.m.</p> | <p>Coctel</p> | |

*Agenda sujeta a modificaciones.

Con el apoyo de:



Anexo 7:

Guião de entrevista às Vítimas

- Idade
 - Género
 - Trabalhador/Empregado/Independente/Sem emprego
 - Nível de Educação: Pré-escolar/Primária/Bachelerato/Licenciatura/Não tem
1. Você é uma vítima do conflito armado colombiano?
 2. Que tipo de vitimização sofreu:
 - a. Deslocamento forçado
 - b. Desaparecimento
 - c. Rapto
 - d. Assassinato de um familiar
 - e. Massacre
 3. Qual foi a região e cidade em que sofreu a vitimização?
 4. Se é uma vítima de deslocamento forçado, qual foi a cidade do país para a qual migrou? Em que condições sociais e económicas chegou nesta nova cidade?
 5. Qual é a sua opinião relativamente aos acordos de paz?
 6. Tem conhecimento do ponto referente às vítimas, estipulado no Acordo assinado pelo Governo e as FARC?
 7. Qual é a sua opinião sobre o quinto ponto dos acordos, que trata sobre a reparação das vítimas do conflito?
 8. Acha que a reparação oferecida às vitimas, estabelecida no ponto 5 dos Acordos, é suficiente? Sim/Não? Porquê?
 9. Se respondeu negativamente à pergunta anterior, qual é a sua proposta específica para o modificar?

Guião de entrevista à Organização

1. Como começou a trabalhar neste lugar?
2. Há quanto tempo é que trabalha neste lugar?
3. Como tem sido a sua experiência a trabalhar neste lugar?
4. Tem tido algum tipo de papel com os acordos de paz?
5. Considera que os Acordos de Paz são favoráveis para as vítimas? Sim/Não?
6. Qual é a sua opinião sobre o quinto ponto dos Acordos, referente à reparação das vítimas?
7. Considera que se está a oferecer uma reparação integral e suficiente as vítimas? Porquê?